

NOVEMBRO 2023

# jornal



Federação Nacional da Educação



# ÍNDICE

3, 4

EDITORIAL

5 - 52

AÇÃO SINDICAL

53 - 56

TEM A PALAVRA



57 - 60

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

61 - 69

INTERNACIONAL

70 - 75

SAÚDE



# EDITORIAL



## Tempos estranhos

Vivemos tempos estranhos. Tempos em que a consciência não pesa pela culpa e tão pouco sobre o que é correto. Tempos em que quem tem valor é desvalorizado e em que deturpar valores passou a ser norma. Tempos em que os governantes não dão o seu melhor e vivem de promessas e palavras ocas. Tempos em que tudo é propaganda e nada é convicção.

Num mundo cada vez mais individualista, parece que cada um está focado em si mesmo e nos seus próprios interesses. O coletivo é deixado de lado e o que importa é o que cada um pode obter. Isto leva a uma sociedade cada vez mais egoísta, gananciosa, corrupta e desumana.

Nestes tempos estranhos, a ética e a moral são relativizadas. A guerra e as agressões são normalizadas. Os direitos essenciais são postos em causa e o que era considerado inaceitável, hoje é aceite como normal.

Muitas pessoas vivem no virtual, sem se preocupar com as consequências dos seus atos, seguindo simplesmente o fluxo das redes sociais e das primeiras páginas, sem questionar nada. Gera-se uma sociedade cada vez mais acomodada e ignorante, que simplesmente abdicou do seu sentido crítico fundamentado. Isto tem de ser combatido!

Nestes tempos estranhos, o futuro é incerto. Não sabemos o que nos espera. Mas uma coisa é certa: precisamos mudar. Precisamos encontrar um caminho para um país e um mundo melhor, mais justo e mais humano, onde a educação seja valorizada e assumida como prioridade.

Para isso, precisamos redescobrir a nossa consciência. Precisamos diferenciar o certo do errado. Precisamos valorizar os valores morais e éticos. Precisamos comprometer-nos com o coletivo. Precisamos dar o nosso melhor. Precisamos ter convicção e agir.

Não será fácil. Mas é possível. Precisamos começar por nós mesmos. Precisamos mudar as nossas atitudes e os nossos comportamentos. Precisamos ser agentes de mudança e construtores de um futuro melhor.

Se cada um fizer a sua parte, podemos construir um futuro melhor para todos!

Juntos, podemos agir para mudar estes tempos estranhos: educando os nossos alunos sobre os valores morais e éticos; sendo exemplos de comportamento ético e moral; participando na vida pública e exigindo mais dos representantes políticos; apoiando as organizações que trabalham para a promoção da educação, justiça social e da defesa do ambiente.

É hora de agir. Não podemos ficar parados, esperando que as coisas mudem por si só. Precisamos fazer a nossa parte para voltarmos a ter tempos menos estranhos...



**PEDRO BARREIROS**  
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

 Federação Nacional da Educação

# Fórum<sup>2023</sup>

## AS MUDANÇAS EM EDUCAÇÃO E OS SINDICATOS:

Ao nível do sistema educativo,  
da escola, da sala de aula e do  
desenvolvimento profissional

**PORTO**

3 E 4 NOV. 2023

**HOTEL IPANEMA PARK**

## CONFERÊNCIAS

AS PERSPETIVAS E AS EXPETATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL:  
- A PROFISSIONALIDADE DOCENTE - FORMAÇÃO INICIAL, FORMAÇÃO CONTÍNUA, DESEMPENHO PROFISSIONAL  
- AS NOVAS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA OS TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO

FORMAÇÃO INICIAL, FORMAÇÃO CONTÍNUA, DESEMPENHO PROFISSIONAL

POR UMA ESCOLA MENOS BUROCRATIZADA, COM MAIS TEMPO PARA A DOCÊNCIA, A  
INOVAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO. DESAFIOS, OBSTÁCULOS,  
RECEIOS E OPORTUNIDADES...

TRANSFORMAÇÕES NA PROFISSÃO DOCENTE

INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR

Acreditado pelo CCPFC como ação de formação, na modalidade de curso de formação, com a duração de 15h.

# Assunção Flores no Fórum FNE 2023: "Quem faz a profissão são os professores"



A Federação Nacional da Educação (FNE) promoveu nos dias 3 e 4 de novembro de 2023, no Hotel Ipanema Park, no Porto, o regresso em modo presencial do Fórum FNE, sob o título "AS MUDANÇAS EM EDUCAÇÃO E OS SINDICATOS: Ao nível do sistema educativo, da escola, da sala de aula, do desenvolvimento profissional". Mais de uma centena de participantes, na sua maioria educadores e professores, marcaram a sua presença no evento.

Durante dois dias, que coincidiram com as celebrações do 41º aniversário da FNE, decorreram cinco conferências, cinco painéis e debates sobre a docência e o Pessoal de Apoio Educativo (PAE), relativos à profissionalidade docente – formação inicial, contínua e desempenho profissional, às novas exigências profissionais para o PAE, ao impacto da inteligência artificial na educação, à nova lei educativa espanhola (Lei Orgânica 3/2020, de 20 de dezembro), às transformações na profissão docente e à indisciplina em contexto escolar.

A abertura do evento decorreu às 14h30 do dia 3 de novembro e contou com as presenças do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, do Presidente da AFJET, João Dias da Silva, do Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Domingos Fernandes, e do Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Rui Oliveira.



Coube a João Dias da Silva as primeiras palavras de boas-vindas aos participantes neste evento, que voltou ao modo presencial depois da interrupção devido à pandemia da COVID-19, lembrando desde logo a importância do Fórum FNE ao longo dos anos, no cruzamento de opiniões e ideias sobre educação, assim como o aniversário da FNE que se celebrava naquele dia e a visão de Manuela Teixeira, que nos tinha deixado há poucas semanas e que teve um papel fundamental na criação do primeiro Fórum, em 2001.



**João Dias da Silva**  
Presidente da AFJET



**Pedro Barreiros**  
Secretário-Geral da FNE

Depois, tempo para o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, lançar as primeiras bases sobre o que seriam aqueles dois dias de uma iniciativa com a afirmação de aquele ser um momento em que os Sindicatos iam ao encontro daquilo que são as necessidades formativas e de diálogo que os trabalhadores da educação muito sentem falta.



O Presidente do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Rui Oliveira, salientou na sua intervenção a forma como a educação é essencial no impacto noutros setores, transportando os valores da sustentabilidade, da democracia ou da tolerância. Para o membro desta entidade, ficam também vários desafios aos quais este Fórum e outras iniciativas do género podem dar respostas, como sejam as formas de potenciar as escolas, as relações interpessoais, o espaço educativo e reforçar o autoconhecimento dos jovens, para termos cidadãos mais preparados para a participação na sociedade em que vivemos.



O Presidente do CNE, Domingos Fernandes, centrou a sua intervenção nos pilares da Educação, cercando o seu discurso sobre o diálogo intelectual, a integração de conhecimento, mas assumindo também que o professor assume um papel de importância extrema na sociedade, afirmando que "o ensino como arte, não convencional e inovador, é muito louvável na profissão de professor e as dinâmicas que daí advêm, permitem perceber que o ensino não é uma ciência exata. Utiliza ciência, mas não é uma ciência". A Inteligência Artificial (IA) e o modo como ela se deve adaptar ao ensino e ao trabalho do professor foram também referenciados pelo Presidente do CNE.



Da esquerda para a direita:  
**Maria José Rangel e  
Assunção Flores**



## Recentrar o professor no ensino e aprendizagem

Seguiram-se então duas sessões paralelas – uma para docentes, a outra para o PAE – com uma das conferências relativa à “Profissionalidade Docente - formação inicial, formação contínua, desempenho profissional”, tendo como oradora Assunção Flores, Coordenadora da Comissão Especializada Permanente de Professores e Outros Profissionais da Educação do CNE e como moderadora Maria José Rangel, Presidente do SDPGL (Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa) e Presidente do Conselho Fiscal da AFJET.

Assunção Flores (Universidade do Minho), investigadora multipremiada em Portugal e no estrangeiro, salientou o contributo para a profissão que é dado pelos professores, assim como da qualidade da formação. O que move os professores, o que eles pensam ou como se entende o profissionalismo são alguns dos pontos que serviram de mote para perceber o que caracteriza o conceito de profissionalismo docente.

Pontos como os rankings, as comparações, a pressão sobre os docentes, a competição entre professores e escolas, motivada pela avaliação de desempenho, foram também alvo da apresentação de Assunção Flores, que categorizou um "profissionalismo hiperativo, porque os professores têm de desempenhar diferentes papéis, com muito trabalho, incertezas e dúvidas pelo meio".



Para resolver estas questões é necessário, segundo a conferencista, “valorizar a profissão e progressão de oportunidades. É preciso recentrar a atividade dos professores naquilo que é o ensino e a aprendizagem”. Através da citação de múltiplos autores e referências, Assunção Flores concluiu que “quem faz a profissão são os professores”.







## Partilhar com o PAE

Em paralelo decorreu a Conferência "As novas exigências profissionais para os trabalhadores de apoio educativo - formação inicial, formação contínua, desempenho profissional", que teve como oradora Maria Emília Bigotte, Professora Adjunta de Física e Matemática do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, com a moderação de Cristina Ferreira, Secretária-Geral Adjunta da FNE.

Maria Emília Bigotte ofereceu aos participantes deste painel uma visão muito particular da escola através da apresentação do modo de funcionamento de uma IPSS, na qual trabalha (CASPAE - Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola). Esta associação funciona na base como qualquer outra escola, mas o ensino é virado para a natureza, a partilha, o que realça o papel do PAE na escola, que ali tem um papel fundamental.



O CASPAE assume ser uma organização que pretende aproveitar os recursos da melhor forma a nível local, com a escola a ser concebida como um espaço de cultura ao dispor das famílias e da comunidade. Esta conferência permitiu perceber o papel que esta instituição pretende alcançar com o programa Prosseguir+ que, desde 2018, já abrangeu mais de 873 alunos, com uma metodologia que alia a flexibilidade curricular aos contextos de aprendizagem da natureza, da tecnologia e da sala de aula.





Da esquerda para a direita: **Sandra Dias, Pedro Brandão, Lília Silva e Diogo Amaral**

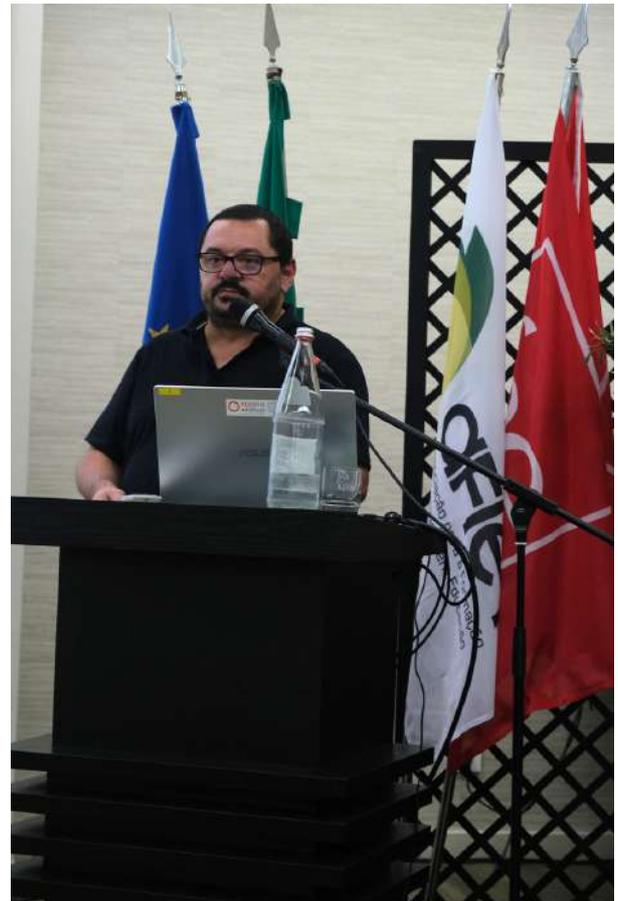
## Novas tecnologias, novas competências

O Painel 1 relacionado com a Conferência "A Profissionalidade Docente - formação inicial, formação contínua, desempenho profissional" contou com Diogo Amaral, aluno da formação inicial de professores, geógrafo e finalista da licenciatura de Geografia na Universidade de Coimbra; com Lília Silva, Diretora de Agrupamento de Escolas de Gondomar; com Pedro Brandão, professor do ensino básico e secundário e Secretário Nacional Avocado da FNE e com Sandra Dias, Diretora do Centro de Formação CProf-SPZN e membro do Conselho Geral da FNE. A moderação esteve a cargo de Gabriel Constantino, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AFJET.

Diogo Amaral abordou questões relacionadas com a formação inicial e a formação contínua, assim como um dos temas mais reclamados pelos professores desde há muito: a burocracia nas escolas. Já Lília Silva partilhou algumas ideias e preocupações que tem pela sua experiência profissional com a formação, pois na sua opinião "não é possível ter bons professores sem uma boa formação inicial e contínua. O professor tem de ser ensinado a ensinar bem", sendo que com isso se alcance um melhor desempenho e uma melhor valorização da escola.



Pedro Brandão focou a sua intervenção na necessidade de adaptação do currículo e dos professores à matriz comum do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho nº 6478/2017), assim como às tecnologias, especificamente à IA.



Já Sandra Dias refletiu sobre os desafios de educar, que passam pela variação do número de professores em Portugal nos últimos 15 anos, do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, da melhor forma de utilização pedagógica das novas tecnologias e da necessária atualização de competências.



Da esquerda para a direita: Ana Paula Sousa, Salvador Costa Ferreira, Diana Lopes e Pedro Cardoso



## O PAE como extensão dos pais nas escolas

O Painel II relativo à segunda conferência "As novas exigências profissionais para os trabalhadores de apoio educativo - formação inicial, formação contínua, desempenho profissional" teve em Ana Paula Sousa, Encarregada de Educação, a primeira interveniente, e que relevou o papel dos auxiliares de educação que ela considera como uma "extensão dos pais nas escolas".

Depois, Diana Lopes, mediadora escolar no AE Leonardo Coimbra Filho, no Porto, trouxe a visão relativa aos técnicos especializados, focando temáticas como as consequências do alargamento da escolaridade obrigatória, mas também da importância da formação inicial e contínua e da necessidade de compreender e acolher as novas identidades, tudo enquadrado nas missões da sua categoria profissional.



**PORTO**

3 E 4 NOV. 2023

**HOTEL IPANEMA PARK**

Seguiu-se Pedro Cardoso, Vice-presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, também ele professor, que trouxe aos participantes deste painel a visão do seu município relativamente ao papel fundamental e crucial do PAE como educador. Na verdade, desde 2000 que em Cantanhede se sensibiliza para a importância da implementação de ações formativas para o PAE e para a promoção do perfil adequado do funcionário, para a função que lhe é atribuída. Pedro Cardoso apontou como fator mais importante valorizar os trabalhadores de apoio educativo, nas suas múltiplas funções como agentes educacionais.



No fecho deste painel, Salvador Costa Ferreira, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia, Peso da Régua, categorizou o PAE "como alguém a quem impõem cada vez mais trabalhos por conta da redução da despesa pública", sendo que a sua intervenção alertou ainda para o facto de "não serem só os professores que estão a faltar nas escolas: falta também o PAE, sobrecarregado com funções". Na opinião deste Diretor, há que trabalhar a formação inicial e contínua, além de garantir condições dignas de trabalho que valorizem estes profissionais.



GALERIA  
DE FOTOS



## “Burocracia y papeles, papeles...”

A fechar o primeiro dia do Fórum FNE 2023 aconteceu a Conferência III “A situação educativa em Espanha - Por uma escola menos burocratizada, com mais tempo para a docência, a inovação e a investigação – a Lei Educativa Espanhola (LOMLOE), de 29 de dezembro de 2020”, de Marta Herráiz Portillo, da UGT-Espanha, com moderação de Joaquim Santos, Secretário Executivo da FNE e Vogal da Direção da AFJET.

Marta Portillo, Professora Associada na Universidade de Alcalá de Henares (Madrid), nos graus de licenciatura e mestrado para Formação de Professores, foi a oradora convidada para nos deixar uma visão do que se vive em terras de "nuestros hermanos", em tempo de mudança de currículo educativo. A ideia principal que nos transmitiu foi que muitos dos problemas que a nova lei educativa está a gerar em Espanha são já conhecidos dos professores e das escolas do nosso país, com as agravantes da complexidade provinda da governança diversa das 19 Comunidades Autónomas.

Na verdade, a LOMLOE de 2020 é a oitava lei educativa da democracia espanhola. Marta Portillo sublinhou que tantas mudanças provocaram desconfiança, instabilidade e deteriorização das condições de trabalho dos docentes no seu país. Resultado? Sobrecarga de trabalho, demasiadas reuniões, programação didática e programação de aula, necessidade de criar novas ferramentas de trabalho, dificuldade para conciliar a vida familiar, ou ter que utilizar o próprio computador, quando muitas das vezes nem o wifi nem a impressora da escola funcionam.





Em linha com o que fizeram a Escócia, Finlândia, Portugal e o Quebeque (conduzidos pela OCDE), a Espanha enveredou por um novo currículo, para substituir o modelo enciclopédico da “Lei Wert”, baseada na aplicação de conhecimentos.

A nova reforma coloca os direitos das crianças entre os princípios orientadores do sistema, promove a igualdade de género, incentiva a melhoria contínua das escolas e a individualização da aprendizagem, atribui um papel central ao desenvolvimento de competências digitais, tem um enfoque transversal e interdisciplinar e reconhece a importância da educação para o desenvolvimento sustentável e para a transição ecológica, com foco no bem-estar emocional. Mas o que irrita mais os professores em Espanha é o acumular de “cada vez más burocracia, burocracia y papeles, papeles...”, o que impede o desenvolvimento de atividades motivadoras e inovadoras para os alunos.



Da esquerda para a direita:  
**José Luís Abrantes e  
Marco Neves**



## IA e envelhecimento docente

O dia 4 de novembro trouxe o futuro para o debate. Na conferência moderada por José Luís Abrantes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, sobre "O impacto da inteligência artificial na educação. Desafios, obstáculos, receios e oportunidades", o orador Marco Neves começou por contextualizar, através de uma análise mais técnica, o que é a IA, recordando a conversão analógico-digital (1940-1990) que nos trouxe até hoje.

Depois percebemos como o armazenamento na web e a criação dos motores de busca interferiram nas nossas vidas, enquadrando os modelos linguísticos como agentes de cognição, entrando aqui o ChatGPT como novo desafio na educação em ambientes híbridos e cognitivos, que podem sustentar a aprendizagem dos alunos.

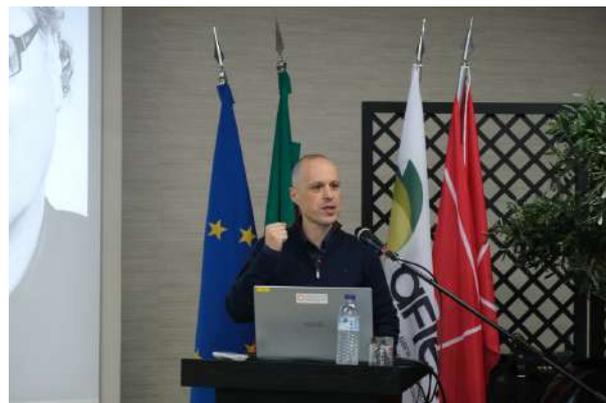


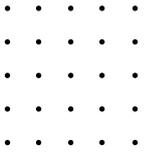
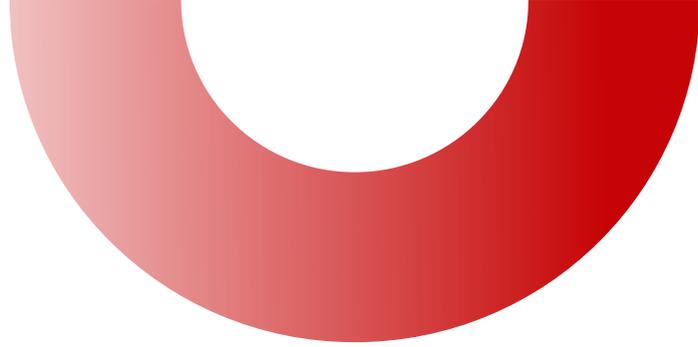
Da esquerda para a direita: **Marta Portillo, Joaquim Santos, César Israel Paulo e Arlindo Ferreira**



A manhã seguiu com o terceiro painel, que teve Joaquim Santos como moderador, e Arlindo Ferreira, Diretor do Agrupamento de Escolas Cego do Maio, Póvoa de Varzim, como primeiro interveniente. Arlindo Ferreira iniciou a sua apresentação pela demonstração de alguns desafios colocados pelo ChatGPT, debatendo depois o papel que caberá ao professor na escola num percurso educativo em cruzamento com a IA, apresentando os desafios, obstáculos e as oportunidades aí colocadas.

César Israel Paulo, Conselheiro do CNE, foi o orador seguinte, numa manhã dominada pelo que o futuro poderá trazer às escolas. Este membro do painel abriu com uma frase do futurista Gerd Leonhard, que considera que "vamos ter de ensinar as crianças a fazer o que as máquinas não fazem". Com este mote lançou várias questões, como a forma de adaptação dos currículos, como fazer com que todos tenham acesso à IA e o papel do professor no meio de todas estas mudanças, referenciando depois algumas das ferramentas para trilhar caminho e com as quais a escola pode lidar em várias vertentes, para participar no avanço tecnológico em curso.





Marta Portillo da UGT-Espanha fechou este painel, assumindo que a tutela no país vizinho está atenta e vigilante para uma IA ética e responsável na educação. Mas o envelhecimento da classe docente mostra-se um obstáculo para a implementação de instrumentos de IA, pois lá, como cá, falta tempo aos professores para aprenderem, terem a formação adequada e sobretudo terem todas as condições necessárias para aplicarem as novas tecnologias nas aulas.

A Espanha demonstra algum receio que o ChatGPT ou outros meios de IA roubem o espaço aos docentes. Para que isso não aconteça, as administrações educativas nacionais, regionais e locais têm de colocar em prática mais investimento em recursos, assim como proporcionarem mais tempo aos docentes para que possam desenvolver experiências pessoais e colaborativas de sucesso, dignas de serem compartilhadas.





FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



**3 de novembro**

Abertura e Conferências I e III



**3 de novembro**

CONFERÊNCIA II

As novas exigências  
profissionais para o PAE



**4 de novembro**

Conferências IV e V

Conclusões e encerramento



**Manuel António Silva**  
Universidade do Minho

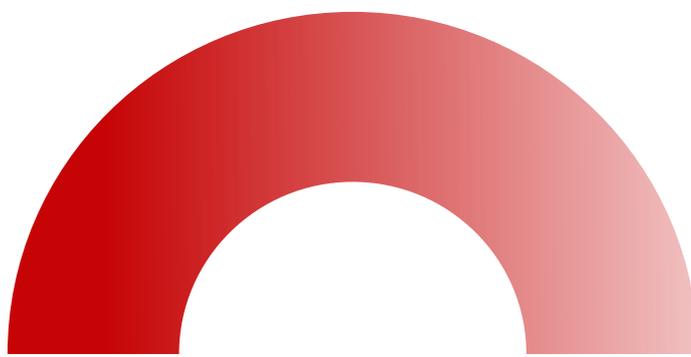
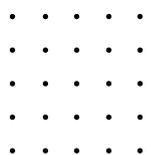
## Gerir a indisciplina

A quinta e última conferência do Fórum FNE 2023 centrou-se nas "Transformações na Profissão Docente" e teve Manuel António Silva (Professor Auxiliar e investigador na Universidade do Minho) como orador, moderado por Álvaro Santos, membro da Direção da AFJET.

O conferencista acentuou os principais indicadores negativos na profissão docente - que advêm de fatores como as políticas nefastas de recrutamento -, os problemas e dilemas na formação inicial e contínua dos docentes, deixando ainda ideias sugestivas sobre a forma de como a profissão pode vir a ser construída no futuro.



**Álvaro Santos (AFJET)**  
Moderador da Conferência V





Da esquerda para a direita: **Dinis Saraiva, Fátima Carvalho, Jorge Ascensão e Rita Nogueira**

Depois do almoço, a Indisciplina em contexto escolar foi o tema escolhido para o painel final deste evento, moderado por Fátima Carvalho, Secretária Nacional da FNE. Coube a Dinis Saraiva, Diretor do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, Viseu, lançar o tema, soltando a ideia de que a indisciplina é um fenómeno intrínseco à sociedade e ao seu sistema de ensino. Dinis Saraiva trouxe-nos na sua intervenção uma lista de fatores que levam à indisciplina e a forma de geri-los através de várias medidas preventivas e de orientações pedagógicas win-win.

De seguida, Jorge Ascensão, assessor do Conselho Executivo da CONFAP, reforçou o papel das Associações de Pais no controlo da indisciplina escolar, sendo "atores" ativos neste contexto. O dirigente da CONFAP chamou ainda a atenção para a necessidade de se distinguir o que é indisciplina do que é violência e que essa pode estar nos alunos, mas começar nos pais. Uma das soluções apresentadas para o combate à indisciplina pode passar pela criação de regras com a participação dos alunos e também com o envolvimento dos pais, evitando generalizações e criando reflexões internas.



Foi Rita Nogueira, Técnica Superior/ Psicóloga do Agrupamento de Escolas do Pinheiro, Penafiel, quem teve a missão de terminar o último painel do Fórum FNE 2023, lembrando que "já todos fomos e todos somos indisciplinados, em vários momentos da nossa vida". E por isso a indisciplinada é algo sistémico, que envolve toda a sociedade, também muito particularmente em sala de aula.

Mas o mais importante para gerir esta instabilidade passa por saber "ler o aluno" e criar regras bem explícitas, sendo que esta questão só tem a ganhar com a oferta de formação a este nível. Rita Nogueira fechou lembrando que os sentimentos são algo muito importante na forma como gerimos os problemas. E quanto melhor estivermos em cada situação, melhor lidamos com os desafios.



O Fórum FNE encerrou com um painel de conclusões apresentadas pelos moderadores dos vários painéis e com as palavras do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros. O líder da FNE agradeceu todo o saber e experiência partilhados pelos vários conferencistas, moderadores, membros de painéis e participantes e deixou a garantia de que em 2024 o Fórum FNE vai manter-se e trazer de novo debates e partilha de ideias sobre o passado, presente e futuro da educação, ao nível dos docentes e do pessoal de apoio educativo.



O evento terminou com todos os participantes a cantar os parabéns à FNE pelo seu 41º aniversário.

O Fórum FNE 2023 foi acreditado pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua como ação de formação, na modalidade de curso de formação, com a duração de 15h.



SPZC  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO ENSINO SECUNDÁRIO



SDP  
SUL

GDPA  
INSTITUTO DEMOCRÁTICO DE  
PROFESSORES DO ALENQUER



WWW.FNE.PT

# CONSULTA NACIONAL

Condições de Abertura do Ano Letivo 2023-2024  
Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário



13 a 20 de outubro de 2023



# Consulta Nacional da FNE a docentes: 84,1% não aconselha jovens a seguir a docência

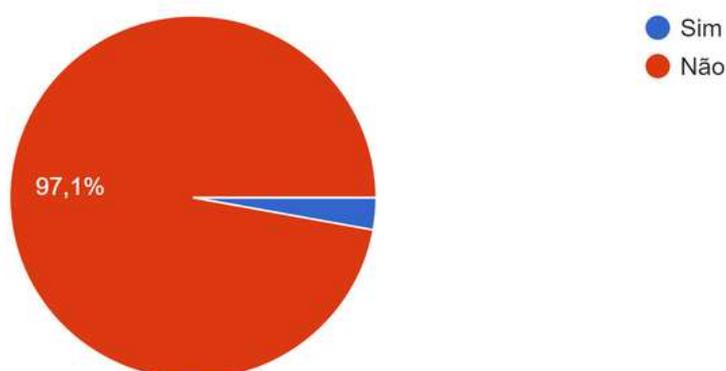
Mais uma vez a FNE desenvolveu uma consulta online para recolher a opinião de educadores e professores portugueses em relação às suas perspetivas sobre a carreira, o reconhecimento profissional e sobre as condições de abertura do novo ano letivo.

O estudo foi realizado entre os dias 13 e 20 de outubro, a partir de uma amostra de 2.138 docentes que, no corrente ano letivo, lecionam nos níveis de ensino da Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas.

Os resultados do inquérito demonstram que o descontentamento em relação à situação remuneratória se mantém, com 97,1% dos respondentes (tinham sido 96,7% no ano passado) a sublinhar que a sua remuneração não está ao nível das qualificações que são exigidas para o exercício profissional, 22% dos quais trabalham em mais do que um nível/ciclo de ensino, o que desde logo deixa antever uma maior pressão sobre os profissionais da educação, em termos de quantidade (excesso) de trabalho.

19. Considera que a sua remuneração está ao nível das qualificações que lhe são exigidas?

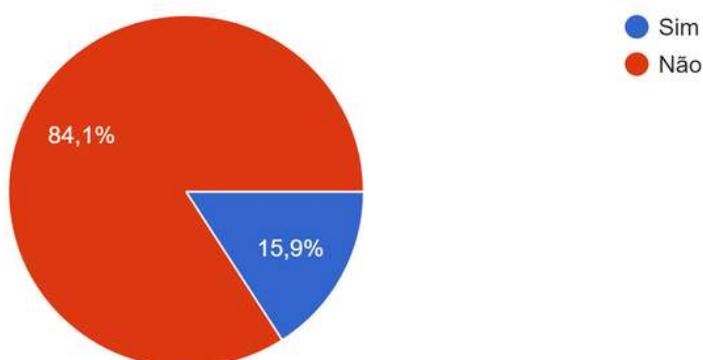
2 138 respostas



Mas são mais as insatisfações demonstradas pelos docentes nas respostas à consulta da FNE, destacando-se o número de educadores e professores que não aconselhariam um jovem a ser professor: 84,1%, o que é idêntico ao número registado no ano passado (86,4%), juntando-se a estes dados a nota sobre o reconhecimento social pela profissão docente, com 82,9% dos respondentes a considerar que ele é negativo.

### 15. Incentivaria um jovem a escolher a carreira docente?

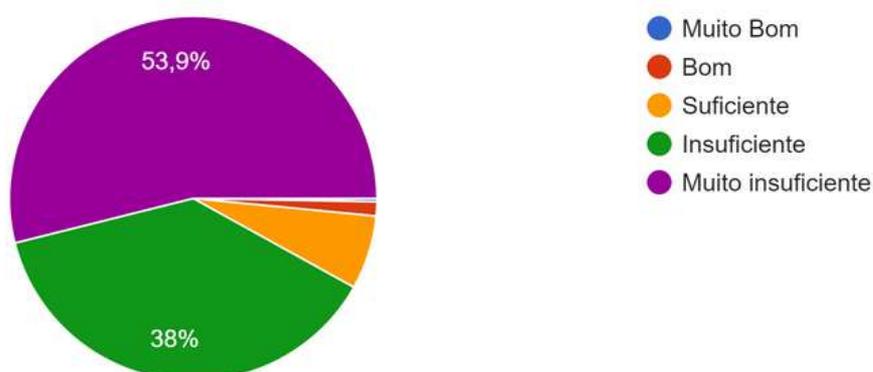
2 138 respostas



91,9% afirma que as políticas educativas do governo são insuficientes ou muito insuficientes e no que respeita ao grau de inclusão do sistema educativo 61,0% dos participantes considera-o negativo. Os docentes de 50 a 59 anos e de 40 a 49 são aqueles que atribuem a percentagem mais negativa ao grau de inclusão.

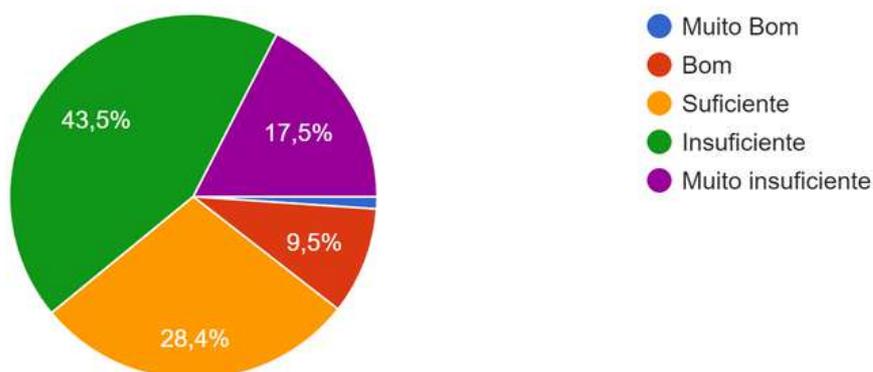
### 9. Como aprecia as opções do atual governo em matéria educativa?

2 138 respostas



## 10. Como aprecia o grau de inclusão do sistema educativo?

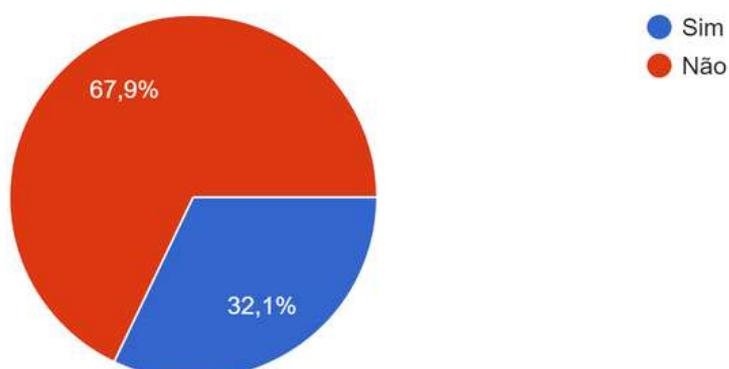
2 138 respostas



Novidade na consulta deste ano foram algumas questões sobre a utilização de telemóveis na aula e no recreio, assim como a utilização de manuais digitais no processo de ensino-aprendizagem. Verificou-se que 67,9% discorda da utilização do telemóvel nas suas aulas, enquanto 32,1% concorda. Já sobre a utilização de telemóveis no recreio das escolas 76,7% discorda e 23,3% concorda. Quanto à utilização de manuais digitais, 69,8% mostrou-se contra e 30,2% a favor.

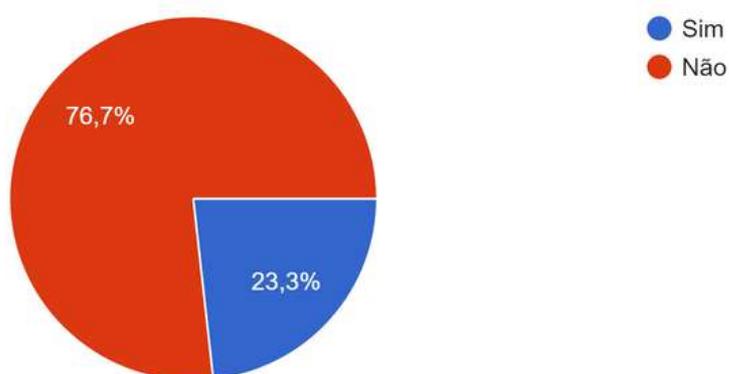
## 11. Concorda com a utilização dos telemóveis pelos alunos na sala de aula nas disciplinas que leciona?

2 117 respostas



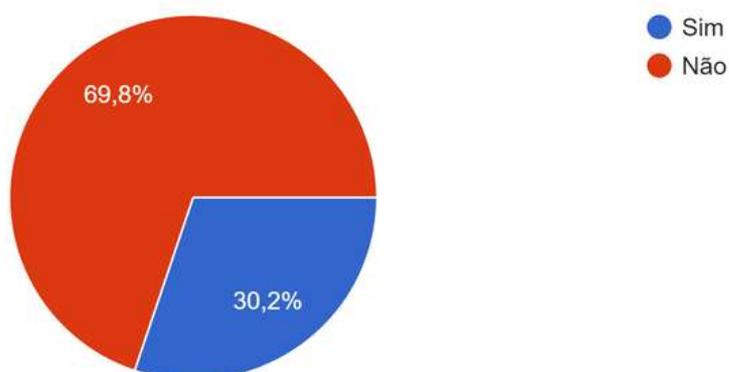
## 12. Concorda com a utilização dos telemóveis pelos alunos no recreio?

2 111 respostas



## 13. Concorda com a utilização de manuais digitais no processo de aprendizagem dos seus alunos?

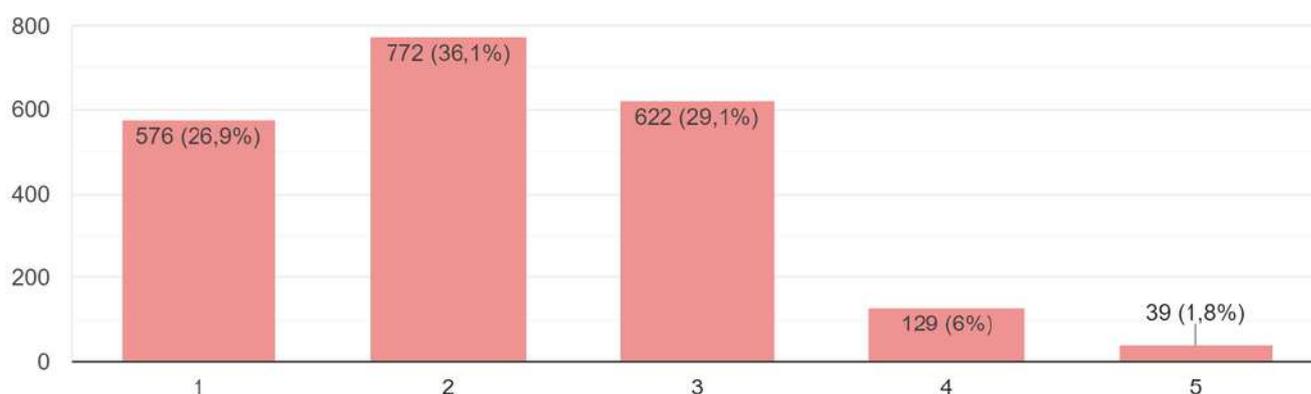
2 122 respostas



A burocracia continua a ser uma das maiores insatisfações dos docentes. E esta consulta procurou conhecer a percepção dos respondentes sobre as medidas anunciadas para a desburocratização da atividade docente, constantes de uma lista de simplificação definida pelo Ministério da Educação. 63% dos respondentes (soma de 1 mais 2 na figura abaixo) classificaram negativamente as medidas anunciadas pela tutela.

## 20. Como aprecia as medidas anunciadas para a desburocratização da atividade docente constantes da lista de simplificação definida pelo ME.

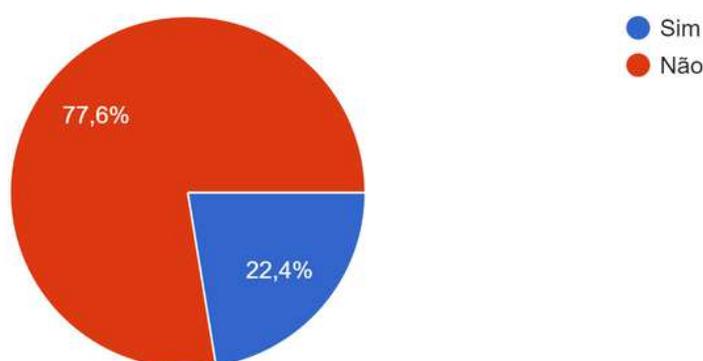
2 138 respostas



77,6% afirmam que, na respetiva escola, não foram adotadas medidas no sentido de diminuir a carga burocrática do trabalho, a que são chamados a realizar.

## 21. Na sua escola já foram adotadas medidas no sentido de diminuir a carga burocrática do trabalho que realiza

2 121 respostas



Finalmente, o questionário procurou saber a perceção dos respondentes sobre as prioridades reivindicativas que mais os preocupam. Pode registar-se que há uma fortíssima coincidência ao nível das seguintes questões:

- Recuperação total do tempo de serviço não contabilizado (congelado e transições carreira);
- Abolição de vagas no acesso aos 5.º e 7.º Escalões;
- Alteração / Eliminação do atual modelo de Avaliação de Desempenho Docente (ADD);
- Valorização salarial;
- Estabilidade profissional.

E ainda:

- Clarificação da Componente Letiva (CL) e da Componente Não Letiva (CNL);
- Combate à indisciplina (autoridade do docente);
- Eliminação de tarefas administrativas e burocráticas (professor a tempo inteiro);
- Alteração das regras da Mobilidade por Doença (MPD);
- Alteração das condições de acesso à aposentação.

[Consulte aqui o Relatório completo com os resultados desta consulta](#)





# A FNE celebrou 41 anos de defesa dos profissionais da educação portugueses

A 3 de novembro de 2023 a FNE comemorou o seu 41º aniversário. A Comissão Executiva da Federação não quis deixar de marcar a data, deixando uma nota sobre o passado, mas também o futuro da FNE:

«Fundada em 1982, foi a primeira federação de sindicatos de professores em Portugal. Em 1989, expandiu sua representatividade para incluir Trabalhadores Não Docentes e, em 2010, adotou a denominação atual de Federação Nacional da Educação.

Ao longo desses anos, a FNE negociou em nome de Educadores, Professores, Formadores e Trabalhadores Não Docentes nos diferentes níveis de ensino, incluindo o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e o Ensino Privado, Social e Cooperativo.

A FNE atua com princípios sindicais de diálogo livre, democrático e responsável, apresentando propostas para melhorar as condições de trabalho e as carreiras dos profissionais que representa.

# DESDE 1982

## Por uma Educação de Qualidade e Profissionais Prestigiados

Hoje, como há 41 anos, a FNE promove o Diálogo Social baseado no respeito e igualdade entre todos os parceiros, incentivando a solidariedade e cooperação entre os trabalhadores da Educação. Mantendo como objetivo principal a defesa dos profissionais que representa, a qualidade da escola pública, o sucesso escolar e uma Educação inclusiva ao longo da vida, pretende continuar a contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável, respeitando a Natureza e o Planeta.

A FNE mantém o compromisso de promover a dignificação e valorização social e profissional de todos os trabalhadores da Educação por meio do diálogo social, da concertação e da realização de atividades, através de todos os meios ao seu alcance e que considerar necessários.

No dia em que comemora o 41º aniversário, tem início o Fórum FNE 2023 “As mudanças em educação e os Sindicatos – Ao nível do sistema educativo, da escola, da sala de aula e do desenvolvimento profissional”,

que ao longo de dois dias irá debater as perspetivas e as expectativas dos profissionais da educação em Portugal; a formação inicial, contínua e desempenho profissional; o impacto da inteligência artificial na educação; as transformações na profissão docente e a indisciplina no contexto escolar.

Neste Fórum, pretende-se promover a reflexão sobre estas e outras matérias, particularmente as suas implicações nas transformações das condições do exercício profissional e na valorização dos profissionais da Educação».

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 



# Portugal abalado por "tsunami" governamental

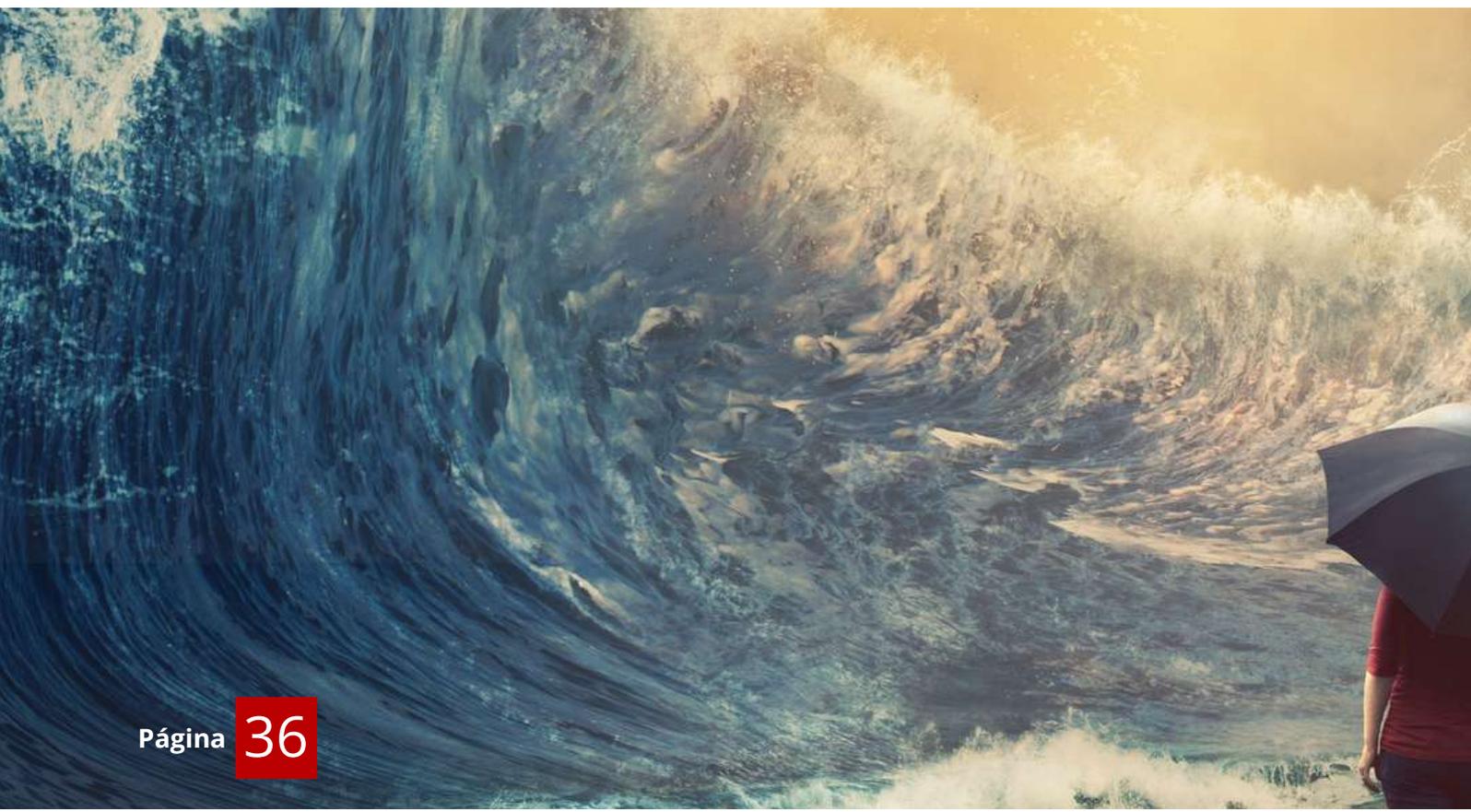
A 7 de novembro de 2023, o país acordava com a notícia de várias buscas realizadas pela PSP em gabinetes do Governo, por causa de negócios do lítio.

Logo pela manhã, a assessoria do Palácio de São Bento confirmava buscas no gabinete de Vítor Escária, Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro e pouco depois as televisões já mostravam o Primeiro-Ministro António Costa a chegar a Belém, para reunir com o Presidente da República.

Já perto da hora de almoço, soube-se através de comunicado da Procuradoria-Geral da República que António Costa era alvo de uma investigação autónoma do Ministério Público, num inquérito instaurado no Supremo Tribunal de Justiça.

Tudo isto acabou por culminar pelas 14h30 com o Primeiro-Ministro português a anunciar ao país que tinha apresentado ao Presidente da República a sua demissão, mostrando total disponibilidade para colaborar com a justiça e negando a prática de "qualquer ato ilícito".

Entretanto, foram canceladas duas reuniões que a FNE tinha previstas nesses dias com a tutela: uma no Ministério da Educação, relativa a matérias ligadas aos Técnicos Superiores Especializados e consolidação das mobilidades (dia sete de novembro) e também um encontro convocado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior relativo à aprovação do novo estatuto da carreira especial de investigação, marcada para o dia nove de novembro.

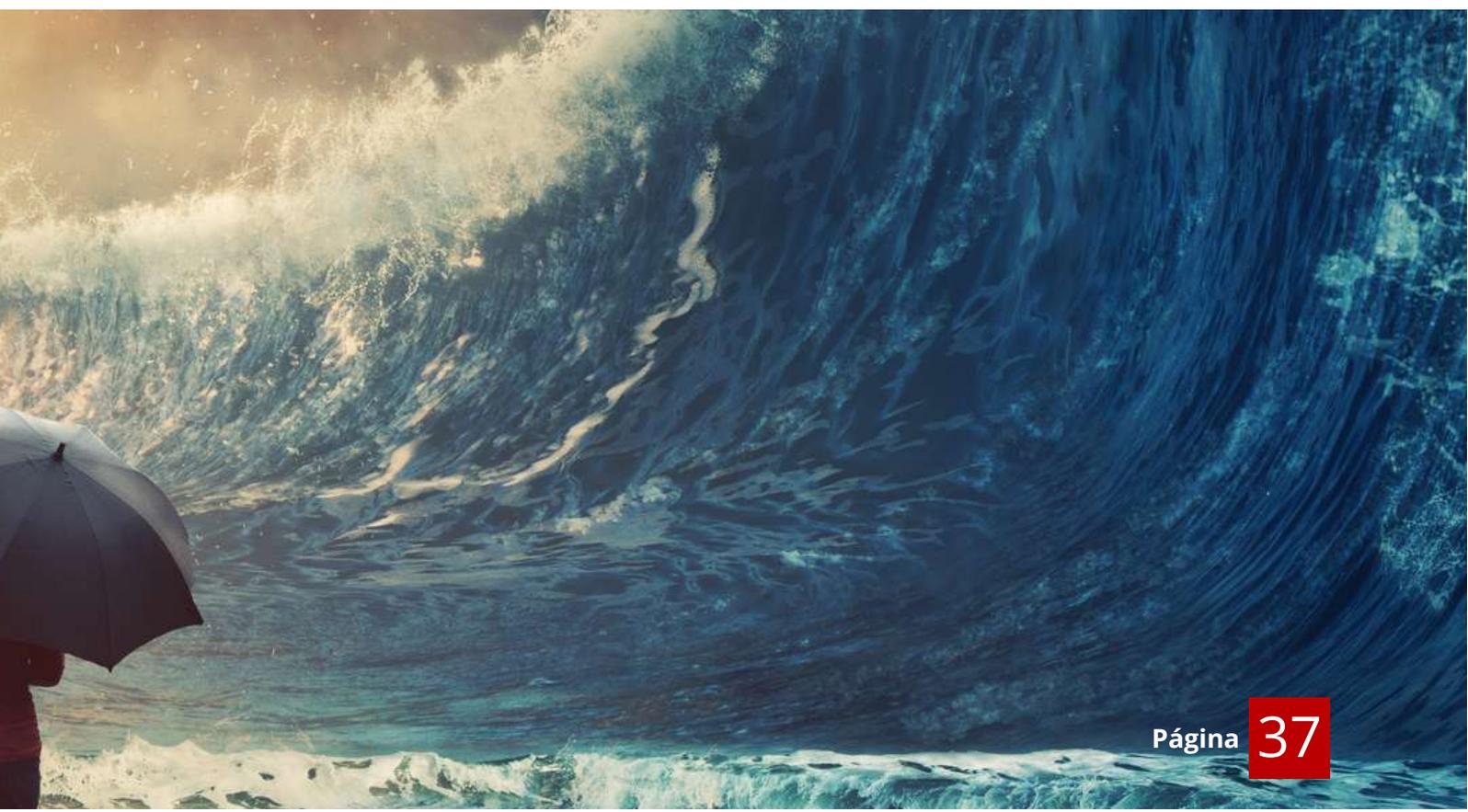


Na sequência foi ainda desconvocado um protesto de professores marcado para 13 de novembro ao nível da convergência entre os nove sindicatos da educação devido ao reagendamento da Audição do Ministro da Educação no Parlamento ter passado para 10 de novembro.

**Portugal estava então a mergulhar numa crise política e a FNE não demorou a reagir.** Em declarações aos meios de comunicação social, Pedro Barreiros considerou que "vamos perder muito tempo agora em culpabilizações, em porquê, em novos processos eleitoriais e por isso é praticamente mais um ano perdido e cuja única responsabilidade é do Governo", lembrando que "quer da parte do PS (Pedro Nuno Santos) quer do PSD (Luís Montenegro) já disseram que uma das principais reivindicações dos professores deve ser atendida e falo em concreto na recuperação do tempo de serviço". O Secretário-Geral da FNE acrescentou ainda que "Educação pode ficar estagnada por seis meses.

Esta demissão vai ter implicações porque vão ficar interrompidos todos os processos negociais e de contestação. Deixamos de ter parceiro para negociar e pode-se criar aqui um período de estagnação de 6 meses ou mais." Deixando a certeza de que "este orçamento de estado não cumpre os objetivos necessários para a educação". Depois de tudo o que o país e o mundo tem enfrentado de problemas nos últimos anos, Pedro Barreiros assume que "temos pela frente agora um verdadeiro 'tsunami' governamental que nos vai prejudicar muito e teremos pela frente tempos altamente complexos até porque do ponto de vista partidário não se antevê alternativas consistentes aquilo que é uma governação que queremos positiva para todos".

A 9 de novembro Marcelo Rebelo de Sousa, depois de reunir o Conselho de Estado, decidiu dissolver o parlamento e avançar com eleições a 10 de março. A data, segundo o presidente "justifica-se com o tempo que é necessário para que o OE2024 seja aprovado não prejudicando a implementação do PRR".





## Negociações

# FNE e ME debateram vinculação dos Professores das Escolas Portuguesas no Estrangeiro

O Ministério da Educação (ME) apresentou numa reunião convocada para 20 de novembro, com a FNE, uma redução significativa do período probatório para os professores que entram para os quadros, podendo mesmo haver casos em que ficam isentos.

A obrigatoriedade de estar durante um ano em período probatório tem sido contestada pela FNE, pois existem muitos docentes que entram para os quadros apenas depois de muitos anos a dar aulas como contratados: "Há professores que entram para os quadros depois de 10 ou 15 anos a dar aulas", afirmou o Secretário-Geral da FNE,

Pedro Barreiros, à saída em declarações aos meios de comunicação social presentes.

"A reunião de hoje pressupunha uma negociação sobre o documento que nos foi apresentado sobre o regime de vinculação de docentes contratados nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro e sobre o qual não tivemos muito tempo para construir uma opinião em relação mesmo. Mas, de qualquer forma, a FNE apresentou ao Ministério da Educação, disponibilidade total para a resolução da precariedade destes cerca de 130 professores, espalhados pelos países de língua portuguesa", referiu Pedro Barreiros.

Ainda sobre este tema, o SG da FNE revelou "aquilo que nos foi ainda transmitido nesta reunião é que a resolução desta matéria carece de muita urgência, por um lado por não se saber se o governo em funções será destituído logo após a aprovação do Orçamento de Estado ou se será feito algum compasso de espera, porque este diploma carece de audição e parecer das regiões autónomas. Estando concluída hoje a negociação, o documento será enviado pela tutela para a Madeira e Açores e para que produza efeitos será necessário que as regiões autónomas se pronunciem num espaço de tempo".

Pedro Barreiros adiantou ainda que "de qualquer modo, a FNE apresentou proposta de alteração de algum articulado e algumas foram acolhidas à partida, como a questão do júri, o facto de termos apresentado uma proposta para a presença de pelo menos um elemento externo à escola. O único aspeto que nos deixou um pouco expectantes tem a ver com a alteração implícita através deste documento ao Estatuto da Carreira Docente no que diz respeito ao período probatório".

## **Pedro Barreiros: "Há dinheiro de sobra, não está é canalizado para onde é preciso"**

Ainda no rescaldo da reunião com o Ministério da Educação sobre o regime de vinculação de docentes contratados nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro, Pedro Barreiros afirmou, em palavras à RTP, quando questionado sobre a possibilidade de ter sido o último encontro com esta equipa Ministerial, que "aquilo que gostávamos de ouvir da parte do Ministro era que reafirmasse aquilo que nos disse ao longo do tempo, ou seja, que as lutas que encetamos são justas, que a recuperação do tempo de serviço é justo e que não haja a continuidade de um argumento que é o de não haver capacidade financeira para ir ao encontro destas reivindicações. Pelos visto há dinheiro de sobra, não está é a ser canalizado para onde é preciso".





Relativamente a esta situação, Pedro Barreiros acrescentou que "há um novo artigo 25 que prevê que os docentes em exercício de funções há mais de 2 anos, quando profissionalizados e com variações iguais ou superiores a um, podem ficar dispensados do período probatório. E o que questionámos o Ministério da Educação sobre, foi se os docentes, hoje em exercício de funções, já poderão usufruir desta medida. E a resposta que tivemos foi que dependerá da data de publicação pois caso seja publicado apenas em janeiro, terá efeitos apenas para o próximo ano letivo, algo que a FNE considera injusto, pelo que sugerimos que ao publicar esta legislação, seja publicado algo que permita a existência de retroativos a 1 de setembro, para que todos possam ter os mesmos direitos".

Naquela que pode ter sido a última reunião com esta equipa ministerial, o SG da FNE revelou que foram abordados ainda outros temas, tais como a questão do acordo celebrado com o ME sobre a Mobilidade por Doença (MpD) chamando a atenção "para o facto de com este atual calendário ter vindo alterar aquilo que eram os pressupostos que tínhamos de alterar o DL 41/2022. Na conversa com a tutela houve uma conversa sobre este calendário apertado que temos e à forma como podemos produzir ou adequar uma nova legislação e lembramos que o Ministro da Educação nos disse que ia alterar a capacidade de acolhimento para professores em MpD e neste momento não temos garantias que isso venha a acontecer"



**RESOLUÇÃO**

**FNE**

**POR UM REGIME JUSTO E COM REGRAS CLARAS DE MOBILIDADE POR DOENÇA. EXIGIMOS A ALTERAÇÃO DO DL 41/2022**

**CONSELHO-GERAL DA FNE - 25 NOVEMBRO 2023**

## **CG aprova Resolução "Por um regime justo e com regras claras para a MpD"**

O Conselho Geral da FNE, reuniu em Coimbra a 25 de novembro, naquele que foi o último encontro deste órgão em 2023.

Nesta reunião foi aprovada por unanimidade e aclamação uma resolução que reivindica, em nome dos docentes que representa, a revisão urgente das alterações efetuadas pelo Ministério da Educação (ME) ao regime especial de colocação por motivo de doença (MpD), introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, reiterando, na íntegra o conteúdo da Resolução entregue no ME no dia 21 de julho de 2023.

No documento, a FNE considera que os últimos desenvolvimentos nacionais, que conduziram ao pedido de demissão do Primeiro-Ministro, e consequente demissão do Governo, colocam em risco o processo de avaliação e possível revisão previstos no artigo 12º do Decreto-Lei nº 41/2022, de 17 de junho.



O atual regime de mobilidade por doença, relembra a FNE, não garante a dignidade dos profissionais docentes, nem tão pouco obedece ao princípio da garantia de efetivação dos direitos fundamentais, pelo que a sua revisão constitui uma medida fundamental para atingir o desejado objetivo de valorização da carreira docente, conforme já apontado pela FNE, no “Parecer sobre as Propostas do Ministério da Educação apresentadas na Reunião Negocial de 18 de janeiro de 2023”, remetido a este Ministério em 24/01/2023.

E por isso, a FNE garante que não abdicará de negociar com o futuro Governo, um regime especial de MpD que não apresente como critério de admissibilidade o Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI, de 12 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 219, de 22 de setembro de 1989; que contemple um novo regime de emissão de atestados multiusos, pois o modelo atual não é compatível com este tipo de mobilidade;

Desta forma, o que a FNE propõe e defende é a definição de um conjunto de alterações transitórias a vigorarem até à implementação de um novo regime especial de mobilidade por motivos de doença. Alterações estas a serem propostas e negociadas ainda com o atual Governo, legitimadas pelo compromisso assumido, pelo ME, com a FNE no passado dia 21 de julho de 2023 e com a Exma. Senhora Provedora de Justiça conhecidas a 25 de maio último.

### **Consulte a RESOLUÇÃO**





## FNE/SPZC promoveram plenário sindical em Viseu

Na véspera do 41º aniversário da FNE, o Secretário-Geral, Pedro Barreiros, esteve presente no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, num plenário que contou com a presença de mais de duas centenas de professores e educadores e que foi organizado pelo SPZC/FNE.

Este encontro contou com apresentações e debates sobre várias matérias tais como:

- Informações gerais
- Negociações com Ministério da Educação
- Questões sobre a carreira
- Questões concursos
- Avaliação de condições de trabalho
- Análise ao OE2024
- Apresentação de campanhas FNE
- Prioridades reivindicativas





Com estes debates sindicais, a FNE pretende estabelecer um contacto próximo e direto com os professores, educadores, alunos e pessoal de apoio educativo, perceber os problemas que afetam todos os elementos do sistema de ensino e preparar soluções para cada um deles.

A FNE acredita que o futuro está nas nossas escolas, nos momentos de aprendizagem partilhados entre professores, pessoal de apoio educativo e alunos, na transmissão de conhecimento e valores, verdadeiros promotores do desenvolvimento pessoal, social e coletivo de indivíduos conscientes, competentes e empreendedores.

É urgente resolver os problemas que afetam os trabalhadores da educação de modo a que se alcance o regresso à tranquilidade no funcionamento das escolas, ultrapassando as circunstâncias que se verificaram ao longo do ano letivo 2022-2023.





## **FNE reuniu com Instituto Politécnico de Viseu**

Aproveitando a presença em Viseu para o Plenário com Professores e Educadores, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, e o Vice Secretário-Geral, Manuel Teodósio, reuniram com o Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, Professor José Costa.

Este encontro serviu para a FNE expor as preocupações mais imediatas em relação a temas como o RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) e em relação à aposta neste grau de ensino para o desenvolvimento do interior. Os dirigentes da Federação apresentaram a sua total disponibilidade para um diálogo social construtivo e com resultados práticos.

Para a FNE, este diálogo social é indispensável para um bom funcionamento do sistema educativo no Ensino Superior, pelo que urge a tutela dar voz e participação às organizações sindicais que representam este nível de ensino, no sentido de valorizar a negociação e a concertação social.

# FNE/SPCL - Professores e alunos portugueses no EPE discriminados e ignorados

Em comunicado enviado às redações, a FNE e o SPCL fizeram questão de começar por relembrar que a 31 de dezembro de 2021, em seguimento de uma Resolução do Conselho de Ministros (n.º 198/2021), foi atribuída ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, dentro do âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, uma verba de 17.168.330 milhões de euros destinada à aquisição de plataformas digitais, manuais e certificação de aprendizagens, computadores para docentes e discentes do Ensino Português no Estrangeiro.

No entanto, até ao final do ano de 2022 não se verificaram quaisquer consequências da aplicação da citada verba, sendo que apenas durante o mês de maio do ano passado foi dada indicação aos professores da Alemanha, Reino Unido e Suíça para iniciarem um levantamento dos alunos que frequentavam os cursos, sendo apenas elegíveis para atribuição de um tablet aqueles que tivessem pago a taxa de frequência - a já tristemente conhecida "propina" do EPE -, exigida apenas nos cursos maioritariamente frequentados por alunos portugueses e lusodescendentes.

Já no início do presente ano letivo, os docentes dos referidos países foram informados pelas Coordenações de Ensino que deveriam fazer o levantamento dos novos alunos inscritos e com propina paga, visando a atribuição de um tablet, sendo expressamente proibido entregar manuais aos alunos cujos pais estivessem em falta com o pagamento.



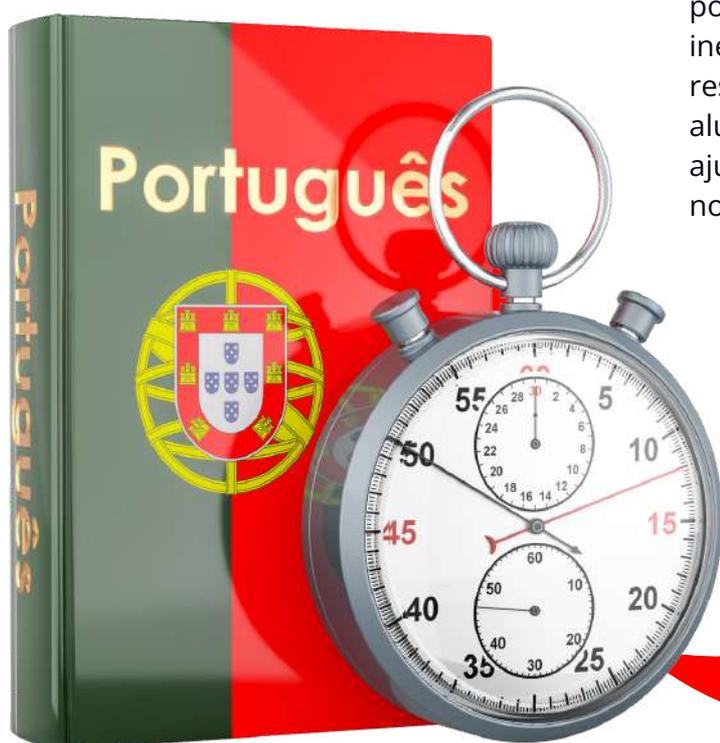
Dado tratar-se de verbas atribuídas pela União Europeia, dentro de um plano que foi aplicado em todas as escolas em Portugal, é inaceitável que no estrangeiro recursos que deveriam ser por definição gratuitos estejam a ser apenas concedidos mediante um pagamento que é de carácter inconstitucional e discriminatório. Isto sucede enquanto que em países como Espanha ou África do Sul - onde o ensino do português é gratuito para todos, sejam portugueses ou estrangeiros -, também houve lugar a distribuição de tablets, muito embora baseada em critérios desconhecidos.

Além disso, segundo a FNE/SPCL, "está bem patente o desinteresse da tutela em angariar novos alunos, uma vez que o prazo de inscrições (até agora permitidas até à interrupção letiva do Natal) foi encurtado para fim de setembro passado, o que irá causar redução do número de alunos, dado ter sido retirada a possibilidade de colmatar as inscrições que são canceladas pelos pais no início de cada ano letivo, devido a incompatibilidades de horário e problemas de transporte".

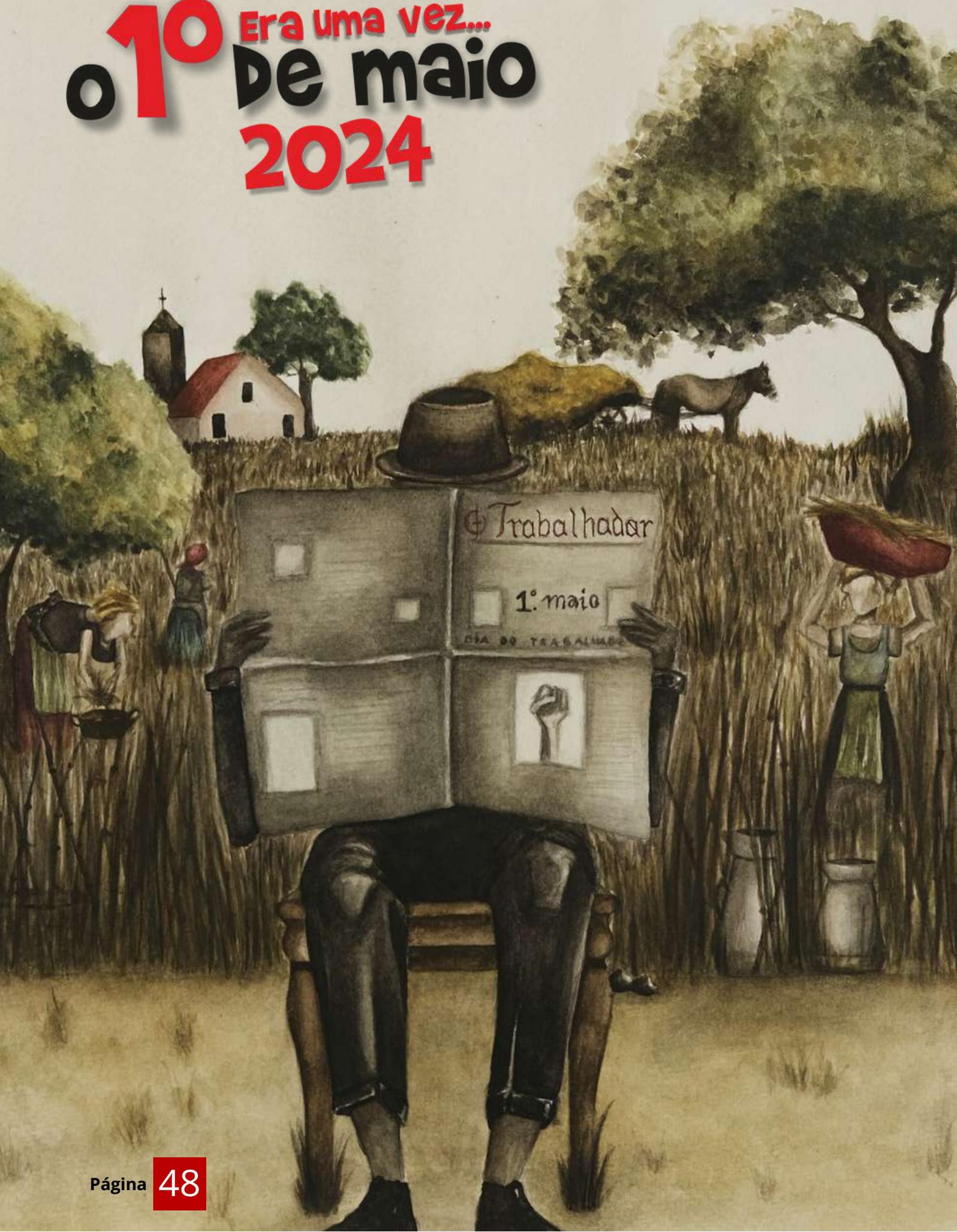
Mas na verdade, considera a FNE/SPCL, a falta de alunos no EPE não preocupa os responsáveis, pois que em 2015 na Alemanha e em 2017 na Suíça as Coordenadoras de Ensino ordenaram por circular aos professores que expulsassem dos cursos os alunos que não tivessem pago a propina, o que só não sucedeu devido à rápida intervenção do Sindicato de Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL).

Em consequência destas políticas discriminatórias, o EPE está em aberto declínio e cada vez com menos alunos e professores. Para piorar a situação, está também a ser atingido pela falta de docentes, havendo atualmente nove cursos sem professor, facto que não causa espanto, pois aliado às difíceis condições de trabalho - em que docentes lecionam a alunos de todos os níveis e em várias escolas durante a semana - se juntam vencimentos sem atualização desde 2009, além da recusa da tutela em atribuir o subsídio de instalação, ao qual por lei têm direito.

A FNE/SPCL defende que todos estes procedimentos e a prossecução destas políticas educativas erradas são inexplicáveis e discriminatórios e têm como resultado a existência de cada vez menos alunos e a falta de professores, que nos ajudam a traçar um quadro negro do EPE no corrente ano letivo de 2023/2024.



# o 1º Era uma vez... De maio 2024



## Concurso

# "Era Uma Vez... o 1º de Maio" Tema 2024: Ser Professor com a "casa às costas"



**3º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR** - FÁTIMA MARTINS,  
AE DR. GINESTAL MACHADO - SANTARÉM

A Federação Nacional da Educação - FNE e os seus Sindicatos promovem a edição de 2024 do Concurso **"Era Uma Vez... o 1º de Maio"**, desafiando alunos, educadores e professores de todo o país a apresentar trabalhos alusivos ao Dia do Trabalhador e assumindo como tema para a edição deste ano **"Ser Professor com a casa às costas"**.

A iniciativa, que registou ao longo das suas sucessivas edições a participação de milhares de trabalhos, visa compreender e explorar, de modo criativo e artístico, o significado do 1º de Maio, reconhecer a solidariedade como valor fundamental e contribuir para o desenvolvimento da criatividade e da cidadania.

O regulamento do concurso pode ser consultado brevemente na página oficial e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros.

**O prazo de entrega** dos trabalhos termina no dia 10 de abril de 2024.

A **divulgação dos resultados** ocorrerá a 24 de abril de 2024 na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt)

Os trabalhos vencedores serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

O Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" é um grande contributo educativo da FNE para o tratamento, nas escolas, do tema do Mundo do Trabalho, que é um dos cinco domínios da Educação para a Cidadania, com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade, contribuindo para as áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A primeira edição do Concurso "Era uma vez... o 1º de Maio" da FNE ocorreu em maio de 2003.



## **Divulgação dos Trabalhos Premiados**

No dia 24 de abril de 2024 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada um dos escalões, na página de internet da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt).

## **Exposição dos Trabalhos**

Os trabalhos premiados serão expostos no dia 1 de maio de 2024, no local em que a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE realizarem as comemorações do Dia do Trabalhador, de cujo programa constará a respetiva entrega de prémios e certificados de participação.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e redes sociais da FNE e da AFJET.



**2º ESCALÃO 2022 | 1º LUGAR** - JARDIM ESCOLA  
JOÃO DE DEUS, BELAS - LISBOA - TURMA DO 2º ANO

## **Entrega de Prémios**

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2024.

## **Prémios**

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

- 1.º Prémio - Tablet\*
- 2.º Prémio - Máquina fotográfica\*
- 3.º Prémio - Livros / Jogos didáticos\*

\* Os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor

## **Disposições Finais**

Os trabalhos ficam pertença da FNE.





o futuro  
está  
na



escola

PARA MELHOR EDUCAÇÃO

*Tratem bem os que cá estão!*



SPZC



SDP

SDPA



STAB

STAB

STAB



## Perguntem aos alunos!

Decorre o segundo ano letivo após a implementação dos manuais digitais nas escolas dos Açores. No final do ano letivo passado, a Direção Regional da Educação enviou, e muito bem, um inquérito para as escolas com o objetivo de se inteirar do grau de (in)satisfação dos professores pioneiros no projeto.

À comunicação social, mais tarde, veio a Secretária Regional da Educação declarar o sucesso dos seus resultados. Nenhum ponto de interrogação colocou, nem qualquer reserva foi esboçada sobre a avaliação do projeto. As afirmações suscitaram perplexidade entre os professores que se manifestaram nas redes sociais sobre a conclusão da tutela, já que muitos deram conta das suas dificuldades no uso do computador como única ferramenta de trabalho, uma vez que substitui o manual físico.

De resto, pessoalmente, não conheço nenhum professor, nem nenhum encarregado de educação, já agora, que reconheça vantagens pedagógicas nesta medida. Faltou, no entanto, perguntar aos primeiros interessados - os alunos - o que pensam sobre esta opção, que tanto afeta a sua vida presente como afetaré o seu futuro.

Ninguém lhes perguntou nada e eles ressentiram-se disso mesmo. A mim, que quis saber a sua opinião, expressaram a sua insatisfação. Queriam ser ouvidos. Queriam ter dito que não gostam.

Os meus alunos de duas turmas do 9º ano, que estão sob experiência - sim, porque é de uma experiência que se trata, dado que não há suficientes evidências dos benefícios da sua aplicabilidade, muito pelo contrário - pelo segundo ano consecutivo não fazem um balanço positivo.



O benefício mais referido pelos alunos é o alívio quanto ao peso que têm de transportar na mochila para a escola. De resto, são eles próprios que se acusam de se distraírem com facilidade "quando as aulas são chatas" - dizem eles -, já que têm ali à mão um mundo de distrações dentro do computador. Apontam o computador como um fator de desconcentração fácil, não gostam do método de trabalho que proporciona, pois é pouco ágil para tomar notas nas margens dos textos estudados, por exemplo, em Português, que é a disciplina que leciono.

Às vezes, os computadores falham, não gravam as anotações, não atualizam, porque a net é insuficiente, a bateria descarrega e não há tomadas na sala de aula para todos, evidenciando-se ainda mais o contraste de uma medida descontextualizada face à antiguidade, às más condições materiais e aos fatores de desconforto de muitas escolas, como é o caso da nossa. Se, por azar, se esquecem do computador em casa, têm falta de material em todas as disciplinas naquele dia, apontam ainda, queixando-se de dores de cabeça ao fim do dia ou de cansaço da vista, dificuldades que gostariam de ver debatidas, mas que nunca foram.

Só no período da pandemia, em que as aulas foram dadas à distância, é que a exposição aos ecrãs era prejudicial, de tal forma que os tempos de videoconferência foram reduzidos para metade, dando lugar às aulas síncronas e assíncronas. Quem explica agora esta contradição?



Uma aluna pediu a palavra para dizer:

- Professora, eu não tinha computador, porque a minha família não podia comprar. Agora, tenho, porque a escola me "deu" um. Isto é muito bom, pois posso fazer trabalhos que antes não podia fazer. Mas, ainda assim, gostava de ter também o manual físico. Isto dito por uma aluna de uma turma em que há um bom número de alunos que recusaram o computador, porque os pais assim o determinaram, optando por comprar o manual, sem qualquer apoio escolar.

- Excelente intervenção! - retorqui.

De facto, a sua intervenção suscitou uma discussão importante. O empréstimo dos computadores por parte da escola a todos os alunos, exceto aos que optam pelo manual, o que está incorreto, coloca toda a gente no mesmo patamar de acesso e em situação de igualdade. É uma ferramenta indispensável no mundo atual e, como tal, deve fazer parte do ensino nas escolas. No entanto, para muitos alunos, os manuais físicos constituíam igualmente os únicos livros disponíveis nas suas casas. Esta situação não é despicienda, de todo. Os manuais físicos eram uma iniciação ao contacto com os livros das mais variadas categorias. Permitia a proximidade, a intimidade com os livros, o prazer de folhear, de manusear um livro no despertar do gosto pela leitura.

Há, de facto, toda uma ligação sensorial que se perdeu nesta nova realidade. De tal forma se consciencializaram das perdas que os países mais adiantados nesta experiência dos manuais digitais já abandonaram esta via.

Os computadores têm de estar presentes na sala de aula – na mesma, um para cada aluno - mas como instrumento acessório, como recurso de aprendizagem entre outros, não como recurso fundamental.

Quando há estudos que atestam que a exposição excessiva aos ecrãs afeta a linguagem - já é largamente comprovável no fraco domínio de vocabulário dos nossos alunos - e, por conseguinte, na apreensão do mundo, no desenvolvimento do pensamento e da cognição, quando já se comprovou que afeta a memória e a concentração, instiga a agressividade e a falta de empatia, como podem os nossos governantes, de ânimo leve, pôr em causa o futuro de toda uma geração?

Pelo menos, assumam que é uma experiência e, como tal, pode ser revertida antes que seja tarde. O Ministro da Educação já assentiu que poderia haver mudanças, embora só o tenha feito depois das notícias de que nos países do norte da Europa recuaram na medida.

Na China, produtora massiva de tecnologia de ponta, os jovens só estão autorizados a usar computadores ao fim de semana, porque pode estar comprometida a geração do futuro. Em Taiwan, considera-se abuso e maus-tratos colocar uma criança em frente a um ecrã.

Nas sociedades democráticas, fala-se em cidadania digital, mas nada está regulado. Ironicamente, os ecrãs passaram a ser o "manual único" das ditaduras no sistema de ensino. Para lá facilmente caminharemos se este método impositivo perdurar sem nos questionarmos. Os eventuais efeitos perversos que o mundo digital pode ter no cérebro humano e na perceção crítica do mundo já se pronunciam.

Perguntem aos alunos!...

**Paula Cabral (SDPA)**  
**Professora de Português do 3.º ciclo e Secundário**



## DNTND 2023

# A comunicação como caminho para o sucesso do projeto educativo

O Dia Nacional do Trabalhador Não Docente (DNTND) foi celebrado este ano em Castelo Branco com uma Conferência sobre "A importância da comunicação dentro da comunidade educativa".

A FNE e os seus três sindicatos de não docentes reuniram-se neste evento - cuja organização coube este ano ao STAAEYC - Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro - para dar expressão às reivindicações que estes trabalhadores mantêm em relação aos mais de 80 mil profissionais não docentes existentes em Portugal, tanto no setor público, como no privado dependente e independente do Estado, que têm mostrado sempre a sua inestimável relevância no campo da Educação.

João Góis Ramalho, Presidente do STAAEYC, abriu as hostilidades em termos de debate, na cerimónia de abertura, recordando as origens da celebração deste dia que "marca a publicação do DL 515/99 em que foi considerada a carreira dos trabalhadores não docentes como especial" acrescentando ainda que "este artigo tem uma paternidade: Manuela Teixeira (primeira Secretária-Geral da FNE e recentemente falecida) e demorou 10 anos até ser publicado pela mão do Ministro Marçal Grilo". Antes de passar a palavra ao autarca da cidade albacastrense, João Ramalho lembrou ainda os desafios que quem dirige estes trabalhadores tem e que passam "em muito pela formação contínua".

Depois tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Leopoldo Martins Rodrigues que assumiu que "estes trabalhadores têm um papel fundamental no nosso sistema de ensino. Na nossa câmara são muitas centenas os trabalhadores não docentes que temos ao serviço nas nossas escolas". O autarca assumiu alguns problemas para suprir necessidades nas escolas "por via de não termos concurso aberto e por outro lado de várias reformas de trabalhadores e de algumas baixas médicas". A preocupação maior passa também pela "morosidade dos concursos. Nós temos lançado um concurso para assistente técnico e outro para assistente operacional, aos quais concorreram várias centenas de pessoas," mas que demoram até ser alcançado o preenchimento desses lugares em aberto.

Em seguida, João Dias da Silva lançou os dados na mesa sobre o resultado da recém-realizada Consulta aos Trabalhadores Não Docentes no âmbito das condições de abertura do ano letivo. O Presidente da AFJET afirmou como nota prévia deste inquérito a demonstração do "desgosto pela carreira e pelas condições salariais".

Depois os destaques sobre este inquérito que teve quase 600 respostas, passaram por temas como o reconhecimento social ou dos seus trabalhadores hierárquicos pelo trabalho destas pessoas nas escolas ou sobre a participação nas atividades das escolas. Também o assédio no local de trabalho foi relevado por João Dias da Silva que relatou que "os dados promovem preocupação e devem ser trabalhados" pois os resultados mostraram ser difícil a denúncia destes casos e também que muitos acabam por ignorar. O nível de remuneração e as perspectivas de carreira continuam a ser duas das maiores queixas destes trabalhadores, situação que se repete relativamente à consulta do ano anterior. A fechar, o líder da AFJET deixou nota que "a afirmação que considero mais interessante desta consulta é a de que os trabalhadores se queixam de não existir formação contínua, mas que mesmo os que tiveram acesso a essa formação, não foi ao encontro das suas necessidades. Em termos gerais foram estas algumas das conclusões, mas temos de dar bem-estar profissional às pessoas para que estas trabalhem de forma mais adequada".





Depois, tempo para a oradora convidada, a socióloga Helena Monteiro, para falar sobre "A importância da comunicação dentro da comunidade educativa". E agarrando nas palavras de João Dias da Silva sobre a formação contínua, Helena Monteiro referiu "que me chamou a atenção a questão do levantamento das necessidades na formação. Muitas não acrescentam nada nas necessidades que as pessoas precisam".

A intervenção da socióloga alargou-se então a temas como, por exemplo, "a forma como a comunicação contribui para o nosso bem-estar" ou "a importância da comunicação e a forma como a praticamos". Como alcançar o patamar da eficácia e a importância da comunicação dos assistentes operacionais no ambiente educativo, foram temas também em destaque na apresentação da oradora convidada desta conferência.



A fechar este dia de celebração, Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, salientou as dificuldades apontadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco na sua intervenção "em que referiu como principais problemas a ausência de concursos, as baixas e as aposentações. E isto é o que vamos ouvindo diariamente sobre a dificuldade da gestão de rácios. Com isto é complicado levarmos às escolas o tal ânimo de que as pessoas se queixam nos resultados da consulta". Para o líder da FNE "importa percebermos o que implica o desgosto que foi referido nas respostas ao inquérito e importa que cada STAAE retire algumas conclusões e entenda o terreno que existe para ser desbravado". A formação inicial foi um elemento decisivo referido também por Pedro Barreiros que sublinhou ainda "a necessidade de se identificar o que é a comunidade educativa e perceber que cada um tem o seu papel e que deve ser valorizado, com a complementaridade destes papéis a ser fundamental no projeto educativo final, não esquecendo o papel que a comunicação entre os vários elementos da comunidade educativa tem e que permite que se alcance mais rapidamente o sucesso", finalizou.



# Humanizar ~ a EDUCAÇÃO





# IE lança Fundo de Solidariedade para professores e alunos na Palestina

A Internacional da Educação (IE) acaba de lançar um apelo à solidariedade em prol dos docentes e alunos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, em particular às suas três organizações filiadas, a saber, Sindicato Geral dos Professores Palestinos (GUPT), ao Sindicato Geral dos Trabalhadores em Jardins de Infância e Escolas Privadas (GUWKPS) e à Federação Palestina dos Sindicatos dos Professores e Funcionários Universitários (PFUUPE).

O impacto do conflito armado entre Israel e o Hamas causou a perda de vidas humanas, tanto em Israel como em Gaza, e deixou as comunidades educativas e o mundo inteiro em estado de choque. A IE expressou imediatamente a sua solidariedade global com as organizações membros em Israel e na Palestina, à qual se associa agora a FNE, em Portugal.

Mais de 10 mil pessoas, metade das quais crianças, foram mortas no último mês e uma esmagadora maioria dos palestinos mortos são civis. Atualmente, pelo menos 42% de todas as unidades habitacionais na Faixa de Gaza foram destruídas ou danificadas. Os bombardeamentos também destruíram 258 instituições de ensino, nove universidades e a maior parte das estruturas de saúde. As organizações da IE na Palestina relataram pelo menos a morte de 130 professores.

Devido à guerra Hamas-Israel, o povo de Gaza enfrenta condições de vida desastrosas e carece das necessidades básicas: abrigo, alimentos, água, combustível, eletricidade, saneamento e saúde. As instalações educativas permanecem fechadas, negando a mais de 625 mil alunos o acesso à educação. Muitas instalações educacionais são usadas como abrigos, apesar de não serem seguras, devido a danos ou à ameaça de novos ataques.

As organizações membros da IE na Cisjordânia mobilizaram redes, entre outros, através das agências da ONU, UNRWA e UNICEF, para satisfazer as necessidades mais urgentes de professores e alunos. Isso inclui a distribuição de cobertores para enfrentar o frio desta época do ano e de alimentos, além de livros e brinquedos para as crianças.

Embora as afiliadas da IE operem principalmente na Cisjordânia, onde os seus membros se envolvem ativamente na defesa dos direitos e do bem-estar dos educadores e professores, estabeleceram ligações com professores em Gaza. O GUPT, o GUWKPS e a PFUPE estão a recolher recursos para utilizar as suas redes para apoiar os professores em Gaza e, sempre que possível, estão abertas a trabalhar com as agências das Nações Unidas, que ainda estão operacionais em Gaza.

A IE procura o apoio financeiro para ajudar as suas organizações irmãs na Palestina, nos seus esforços para ajudar professores e alunos necessitados na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Pode-se contribuir para o Fundo de Solidariedade de acordo com a capacidade financeira de cada um, fazendo um donativo para:

**Education International**

**ING Bank**

**24, Avenue Marnix 1000 Brussels**

**IBAN: BE05 3101 0061 7075**

**Swift: BBRUBEBB**

**With the indication: Humanitarian Assistance Appeal 2023/11**



## **FNE na Conferência final sobre sustentabilidade em Bruxelas**

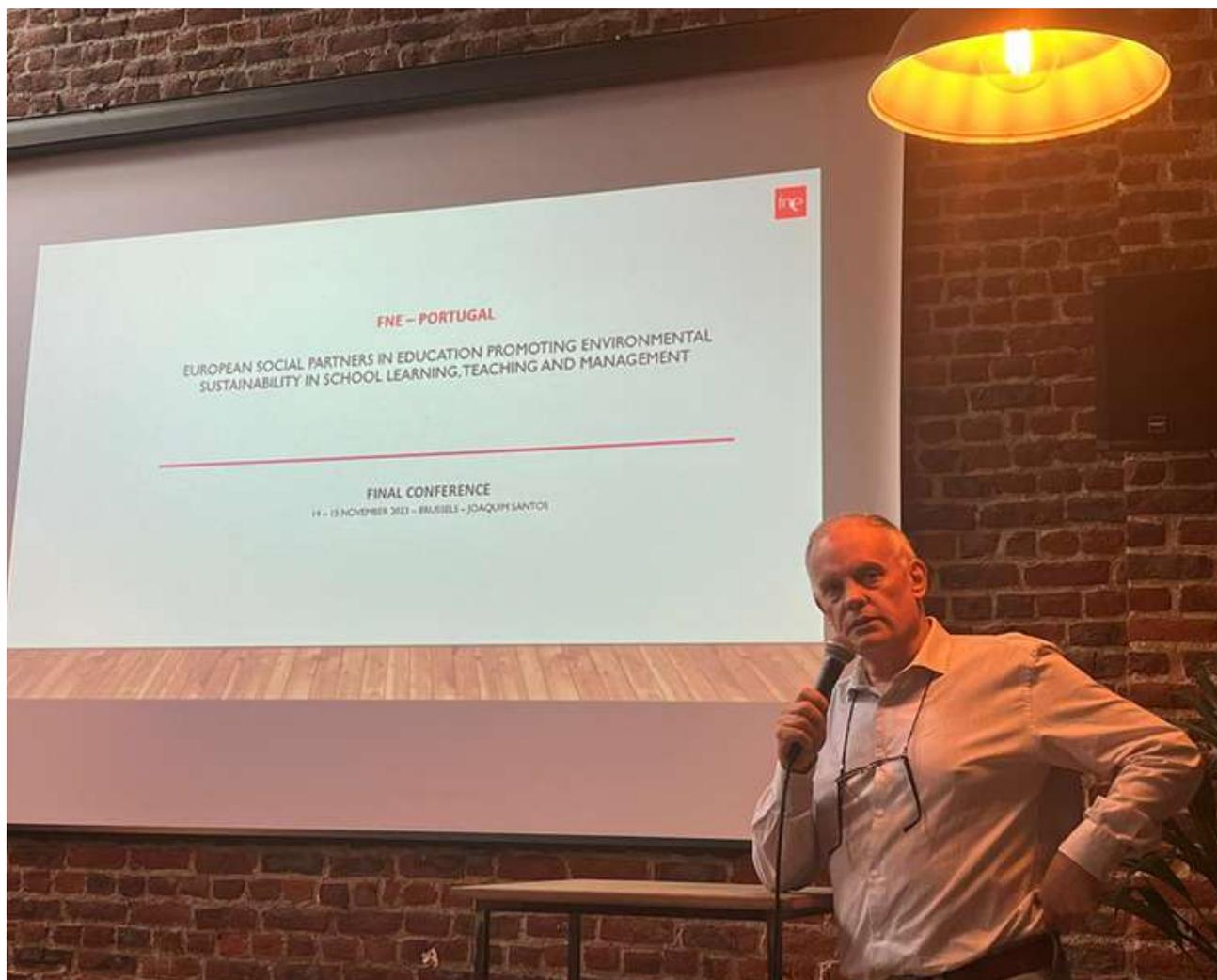
A FNE participou na conferência final do projeto “Parceiros Sociais Europeus na Educação na Promoção da sustentabilidade ambiental na aprendizagem, no ensino e na gestão das escolas”, uma parceria dos empregadores europeus da educação (EFEE) com os sindicatos europeus da educação (CSEE), que decorreu em 14 e 15 de novembro de 2023, em Bruxelas.

Os participantes, oriundos de vários países europeus, ficaram com a expectativa aguçada com as ações que a FNE (representada por Joaquim Santos), em parceria com a AFJET, teve a oportunidade de divulgar, no âmbito da sustentabilidade e da educação ambiental, nomeadamente as ações de formação de capacitação ambiental, a comemoração do Dia Mundial da Árvore e da Floresta, o concurso “Por Um Planeta Mais Verde” ou as duas edições já cumpridas da Limpeza da Praia em setembro – 2022, na Ericeira e 2023, na Costa da Caparica.

As ações da FNE e da AFJET no capítulo da sustentabilidade cobrem variados tópicos na área da pedagogia ambiental, entre eles a proteção dos oceanos, árvores e florestas, as alterações climáticas, a gravidade dos combustíveis fósseis, os desafios da transição energética, a poluição atmosférica, os recursos naturais, a biodiversidade, a escassez de água ou os perigos do excesso de consumo de jovens e adultos, todos envolvidos no currículo nacional e, num foro mais alargado, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No centro destas preocupações da FNE/AFJET estão os Educadores, Professores e Pessoal de Apoio Educativo, os alunos, as escolas e as comunidades educativas, num esforço de uma mudança indispensável através da Educação, para um Planeta mais vivo, saudável, mais justo, inclusivo e sustentável.

Com esta conferência, os parceiros sociais europeus na educação (CSEE e CSEE) visaram vários objetivos, sendo os mais importantes reforçar a implementação no terreno dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (em particular os Objetivos 4 e 11) e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais; fornecer aos participantes conhecimentos adicionais sobre as iniciativas comunitárias existentes para a promoção da sustentabilidade ambiental nas escolas europeias, ajudando-os a identificar pontos de contacto; e proporcionar uma plataforma para o intercâmbio mútuo de boas práticas, para obter informações sobre as suas necessidades e desafios.

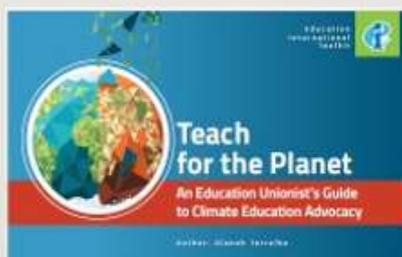
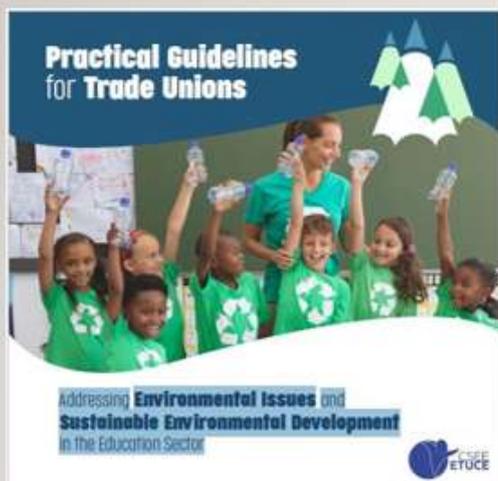


## Diálogo social e contratação coletiva

Este projeto contribuirá assim para a identificação e desenvolvimento de uma abordagem conjunta e de ações futuras dos dois parceiros europeus, parte integrante do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), com a participação e financiamento da Comissão Europeia.

O evento permitiu aos participantes debater os resultados do projeto e aprender mais uns com os outros e com os peritos convidados. Em particular focou-se na questão de como implementar eficazmente no setor da educação as recomendações desenvolvidas no âmbito do projeto, estabelecendo simultaneamente uma coerência duradoura na sensibilização ambiental, dentro e fora do ambiente escolar.

A base deste projeto teve como pano de fundo quatro seminários de aprendizagem entre pares, que decorreram em 5 de maio de 2022 em Kinsale (Irlanda), em 20 de outubro de 2022 em Varsóvia (Polónia), em 23 de março de 2023 em Madrid (Espanha) e em 16 de maio de 2023 em Helsínquia (Finlândia). A FNE/AFIET participaram no seminário de Madrid e nesta conferência final em Bruxelas.



Particularmente relevante para os sindicatos da educação no campo da sustentabilidade é a publicação do CSEE de 2022 **“Educação para a mudança social: O Papel dos Sindicatos da Educação na abordagem do desenvolvimento sustentável do ambiente”**, da autoria de Iselin Berg Mulvik (Grupo PPMI), na sequência do projeto com o mesmo nome, que ocorreu nos anos de 2021 e 2022, com sindicatos de quatro países no grupo consultivo: Bélgica, Dinamarca, Itália e Eslovénia.

Nela encontramos matérias de grande relevo sindical como os obstáculos à mudança transformadora no setor da educação, Desafios enfrentados pelos professores, académicos e outros profissionais da educação, Desafios a nível nacional, regional e operacional do ensino, ações que permitem aos sindicatos membros do CSEE apoiar os seus associados ou a transição ecológica. O relatório foca igualmente as políticas e prioridades a nível estratégico, práticas e atividades quotidianas e duas ferramentas consideradas únicas: **o diálogo social e a negociação coletiva**.

### 2023 – WEBINAR:

“Importance of protecting the oceans and marine life for the future of the planet”

Partners

“Blue Ocean Foundation”

And

“Sharks Educational Institute Portugal”



WEBINÁRIO 14 SETEMBRO 2023 | 17H30 ÀS 18H30

**NATACHA MOREIRA**  
Bióloga e Educadora  
Marinha  
Oradora

**FERNANDO REIS**  
Conservacionista  
e Ambientalista  
Orador

**JOSÉ RICARDO COELHO**  
Secretário-Geral Adjunto do FNE  
Orador

Importância da proteção dos  
**oceanos**  
e da  
**vida marinha**  
para o futuro do planeta

WEBINÁRIOS

www.fne.pt

## CE recomenda mais apoio aos educadores

Particularmente relevantes na conferência final de novembro deste ano foram as participações de Deirdre Hodson (Comissão Europeia) e do investigador irlandês do projeto Paddy Duggan, que apresentou uma versão provisória das recomendações políticas a apresentar à Comissão Europeia, debatidas entre os participantes e a levar à reunião do plenário do ESSDE, a realizar em Bruxelas, no próximo dia 14 de dezembro.

De recomendável leitura no campo da educação ambiental é também a publicação da CE “Learning for the Green Transition and Sustainable Development”, de junho de 2022, que apoiou a **Proposta de Recomendação do Conselho sobre a Aprendizagem para a Sustentabilidade Ambiental**, adotada pelo Conselho Europeu em 16 de junho de 2022.



### MORENA BEACH

ALMADA (SOUTH OF LISBON)  
16 TH SEPTEMBER 2023



Esta recomendação visa estimular a aprendizagem, tendo em vista a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável. Nela, a CE recomenda aos Estados-Membros (EM) que: Façam da aprendizagem para a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável um domínio prioritário das políticas e dos programas de educação e formação; Proporcionem oportunidades de aprendizagem em contextos formais, não formais e informais; e apoiem e melhorem o ensino e a aprendizagem em prol da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável, disponibilizando infraestruturas, ferramentas digitais e recursos, tendo por base o novo Quadro Europeu de Competências em matéria de Sustentabilidade (GreenComp).

A CE também recomenda que os EM forneçam informações acessíveis e baseadas em factos sobre a crise climática, ambiental e da biodiversidade e as suas causas, assim como ajudem os educadores a participarem em programas de desenvolvimento profissional relacionados com a sustentabilidade.

A CE recorda que, em muitos países, a aprendizagem para a sustentabilidade tem sido integrada em políticas, estratégias e programas curriculares. No entanto, os educadores necessitam de mais apoio específico, conhecimentos especializados e oportunidades de formação para incorporar os princípios da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável, nas suas práticas de ensino-aprendizagem e formação.

#### **ETUCE – Education For Social Change: The Role of Education Trade Unions In Addressing Sustainable Environmental Development (2022):**

**<https://www.csee-etu.org/en/resources/publications/4970-education-for-social-change-the-role-of-education-trade-unions-in-addressing-sustainable-environmental-development-2022>**

**<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9242-2022-INIT/pt/pdf> (proposta de recomendação do Conselho sobre a aprendizagem para a sustentabilidade ambiental - Adoção)**



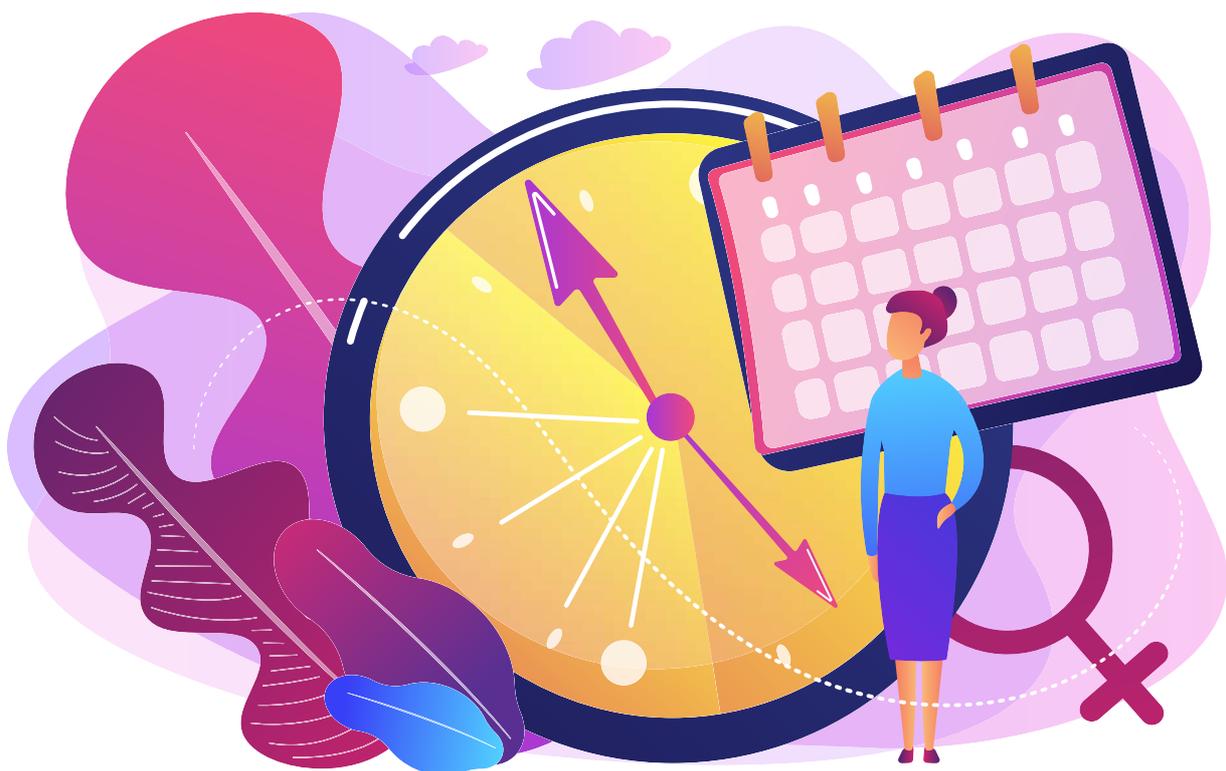
# Até que enfim: Menopausa virou tema sindical

À medida que o tempo passa, o sindicalismo vai abraçando novas lutas e novas reivindicações, sempre com o fito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos seus trabalhadores filiados.

Da semana de trabalho às reivindicações salariais, das lutas por carreiras profissionais à Segurança e Saúde no Trabalho, da educação inclusiva à sustentabilidade e, mais recentemente, às preocupações com a Inteligência Artificial na Educação, o sindicalismo adapta-se às realidades sociais e aos novos contextos laborais.

No seu livro “O fosso entre homens e mulheres em matéria de saúde no local de trabalho na Europa”, publicado pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI) em 2001, Laurent Vogel escrevia que “De um modo geral, as questões relativas às mulheres estão ausentes das políticas de saúde e segurança: os perigos envolvidos são desconhecidos ou subestimados; e as prioridades são definidas em sectores e profissões dominados pelos homens, e assim por diante”.

E acrescentava: “Esta incapacidade de ter em conta as questões de saúde das mulheres no local de trabalho constitui uma barreira a políticas eficazes em matéria de saúde ocupacional e de igualdade de oportunidades”.



Muito já se avançou, entretanto, desde essa altura e as questões relacionadas com a saúde da mulher são cada vez mais tidas em conta na definição de políticas, prioridades, atividades de investigação e dados estatísticos. Há vários anos que o departamento de Saúde e Segurança do ETUI e a própria Confederação Europeia de Sindicatos (CES) incorporam o género na sua política de saúde e segurança no local de trabalho.

Definida como a interrupção permanente da menstruação, o tema da menopausa em contextos de trabalho tem ganho um grande espaço na investigação e no debate de muitas organizações internacionais, incluindo as organizações sindicais. Num artigo publicado na Rede de Fórum da OCDE, em outubro do corrente ano, Tatiana S. Rowson e Mike Mansfield defendem a ideia que a menopausa é o fim da vida reprodutiva, mas não da vida produtiva da mulher.

A menopausa ocorre na interseção de género e idade no trabalho. Os locais de trabalho devem por isso tomar medidas para que o talento das mulheres seja retido. Nesse sentido, é necessário um esforço coordenado em sede de diálogo social, com uma intervenção conjunta de governos, empregadores, sindicatos, gestores diretos e as próprias mulheres. Objetivo: garantir a melhor proteção à saúde, bem-estar e segurança da mulher na sua prestação profissional e na sua vida pessoal.



## Para além dos dados biomédicos

O tema da menopausa está assim a ganhar cada vez mais relevância laboral, devido à maior participação de mulheres maduras no mercado de trabalho global. Nos países da OCDE a participação de mulheres na força de trabalho com idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos aumentou de 51,1% em 1970 para 72,8% em 2020. E para a faixa etária de 55 a 64 anos, a participação na força de trabalho aumentou de 37,7% em 1970 para 55,2% em 2020.

A menopausa marca o fim da vida reprodutiva da mulher. Ela ocorre em média aos 51 anos. Para algumas mulheres pode ocorrer mais tarde ou mais cedo, naturalmente ou por razões médicas. Embora seja definida como um evento retrospectivo, 12 meses após o último período menstrual, a transição da menopausa estende-se por vários anos antes e depois desse ponto.

A mulher experimenta uma variedade de sintomas, incluindo físicos (por exemplo, afrontamentos, suores noturnos), cognitivos (por exemplo, confusão mental, problemas de memória) e psicológicos (por exemplo, ansiedade, irritabilidade). Embora estes sintomas possam ser pequenos desconfortos para muitas mulheres, para algumas, podem ser debilitantes, impactando negativamente o seu funcionamento diário, nomeadamente no local de trabalho.

De acordo com a Sociedade Britânica de Menopausa, 45% das mulheres afirmam que os sintomas da menopausa tiveram um impacto negativo no seu trabalho. A evidência de dois estudos longitudinais no Reino Unido (RU) indicam que os incómodos sintomas da menopausa podem levar as mulheres a reduzir as suas horas de trabalho, a alterar as suas ambições profissionais ou mesmo a abandonar completamente o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, sugerem que 47% das mulheres que precisaram de folga devido aos sintomas da menopausa não tiveram a coragem de relatar o motivo ao seu empregador.



Aspetos biomédicos da menopausa e as suas implicações para as mulheres trabalhadoras têm sido amplamente divulgados nos últimos anos. Orientações sobre como lidar com questões da menopausa no local de trabalho têm surgido de especialistas médicos, por exemplo, a Sociedade Europeia de Menopausa e Andropausa (EMAS) e organizações profissionais, como o Chartered Institute of Personnel and Development (CIPD).

Muitas organizações progressistas na Austrália, Canadá e Reino Unido estão a implementar políticas e práticas no local de trabalho para acomodar as necessidades das trabalhadoras na menopausa. A menopausa tornou-se então uma questão governamental no RU, com políticos a promover ações por melhores condições de trabalho para mulheres na menopausa.

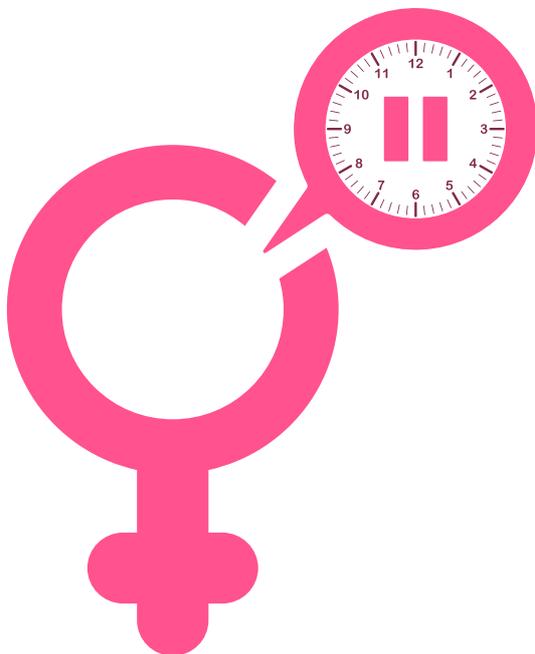
Estes desenvolvimentos são positivos para ajudar as mulheres a permanecerem no trabalho quando apresentam sintomas. No entanto, um enfoque limitado nos aspetos biomédicos pode ofuscar outros elementos relevantes para a manutenção das mulheres em idade da menopausa nos locais de trabalho.

Estes estereótipos tornam impossível que muitas mulheres sejam levadas a sério no trabalho, quando muitas estão a assumir posições de liderança. Ademais, pesquisas emergentes indicam que os problemas que as mulheres na menopausa enfrentam no trabalho vão além dos seus sintomas. O simbolismo da menopausa como marcador do envelhecimento tem um impacto negativo sobre as mulheres no trabalho, fazendo com que se sintam marginalizadas e alienadas por não cumprirem as normas e expectativas do local de trabalho, associadas a um trabalhador “masculino” idealizado.



## O papel dos sindicatos

Os empregadores esperam que esse tal trabalhador ideal esteja totalmente imerso em seu trabalho, sem distrações, tais como por exemplo um corpo em mudança na menopausa. Assim, as mulheres maduras são expostas a desvantagens, relacionadas com o género e o preconceito de idade. O preconceito de género, como é chamado, pode ser observado nos vários estereótipos negativos, associados ao facto de ser uma mulher mais velha.



**Alguns dos nossos principais insights para promover um ambiente de trabalho favorável à menopausa são os seguintes:**

- Os empregadores devem reconhecer quando as desigualdades subtis de género podem fazer com que as mulheres mais velhas se sintam deslocadas no trabalho. Ou pior, as mulheres podem estar a abandonar o mercado de trabalho prematuramente. A ausência de políticas de inclusão de género e de idade, ou a baixa adesão a tais políticas, quando estas existem, são também um sinal de que a cultura da organização favorece o tal trabalhador idealizado.
- Os gestores diretos devem promover um clima psicologicamente seguro, onde a comunicação aberta, a empatia e o apoio mútuo sejam incentivados.
- As mulheres em idade de menopausa também devem moldar ativamente o seu ambiente de trabalho, aumentando a sensibilização para as questões e o apoio necessário – quer essas questões estejam ligadas aos sintomas da menopausa ou às atitudes preconceituosas de género.

Estas ações podem incluir conversar com os seus superiores, educar colegas, conhecer outras pessoas que estejam na menopausa ou envolver-se com os seus sindicatos para defender os seus interesses. Quando as mulheres estão em posição de co-projetar soluções, elas sentem-se naturalmente empoderadas, valorizadas e capacitadas para permanecer no trabalho.

Uma consequência interessante emerge do apoio às mulheres na menopausa no trabalho. Quando lutamos contra a ilusão do trabalhador ideal, que pode ser prejudicial para as mulheres na menopausa, criamos um ambiente onde outros trabalhadores se sentem valorizados e capacitados para fazer o mesmo.

Isto significa que é mais provável que as pessoas permaneçam produtivas na força de trabalho quando normalizamos as diferenças individuais que acompanham uma força de trabalho diversificada, incluindo os altos e baixos da saúde de uma pessoa. Ao combater o preconceito de género subtil e generalizado associado à menopausa, as organizações rejeitam este padrão de trabalho idealizado e irrealista, em favor de trabalhadores reais – aqueles que podem fazer uma diferença real para o sucesso das organizações e da sociedade, em geral.

**Com OCDE**



# FELIZ NATAL

## e um próspero ano novo



*Tempos de novos desafios. E tempos de mudança. No novo ano que está a chegar, vamos encontrar caminhos para uma sociedade melhor, mais justa, mais humana e com políticas em que a educação seja valorizada e assumida como prioridade.*

*Mas todos precisamos ser agentes dessa mudança, participando na vida pública, exigindo mais dos representantes políticos e apoiando as organizações que trabalham para a promoção da educação, justiça social e da defesa do ambiente.*

*2024 traz a hora de agir em novos tempos.*

NOVEMBRO 2023 | FICHA TÉCNICA

**Proprietário**

Federação Nacional da Educação

**Diretor**

Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**

Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Tesoureiro**

Mário Jorge

**Redação**

Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
tel. 225 073 880  
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e paginação**

Rafael Marques

**Sindicatos membros**

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas